

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS (DCHT)  
CAMPUS XIX  
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MATHEUS LUCAS PIRES DE SANTANA MATOS**

**PERCEPÇÃO DOS (FUTUROS) CONTADORES LOCAIS SOBRE OS DESAFIOS  
DA REFORMA TRIBUTÁRIA: NA PERCEPÇÃO DO ESTUDANTE DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS.**

**Camaçari-BA**

**2025**

**MATHEUS LUCAS PIRES DE SANTANA MATOS**

**PERCEÇÃO DOS (FUTUROS) CONTADORES LOCAIS SOBRE OS DESAFIOS DA  
REFORMA TRIBUTÁRIA: NA PERCEÇÃO DO ESTUDANTE DE CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS.**

Trabalho de Conclusão do Curso,  
apresentado para obtenção do grau de  
Bacharelado em Ciências Contábeis na  
Universidade do Estado da Bahia, UNEB.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique da  
Conceição

**Camaçari-Ba**

**2025**

## **AGRADECIMENTOS**

É com profunda gratidão que reconheço a importância da fé em minha trajetória. A presença de Deus foi essencial para me fortalecer nos momentos de dificuldade, iluminar meu caminho e me conceder serenidade e sabedoria ao longo desta caminhada acadêmica.

Aos meus pais, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional e pelos valores transmitidos, especialmente a importância do estudo, do esforço e da honestidade como pilares fundamentais para a construção de uma vida digna.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio Henrique da Conceição, agradeço pela orientação dedicada, pela paciência e pelo compromisso durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua contribuição foi indispensável para que esta etapa fosse concluída com responsabilidade e qualidade.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica, deixo aqui meu sincero agradecimento.

## RESUMO

O estudo buscou compreender como os estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIX – Camaçari, interpretam os impactos e desafios decorrentes da nova legislação tributária em sua futura prática profissional. O objetivo geral foi analisar a percepção desses estudantes sobre os desafios da Reforma Tributária; como objetivos específicos, buscou-se identificar os principais impactos percebidos e os desafios na aplicação prática das mudanças. A pesquisa caracterizou-se como aplicada, descritiva e de campo, com abordagem quantitativa. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado online com 27 questões fechadas, distribuídas em três eixos: caracterização dos participantes, impactos percebidos e desafios enfrentados. Os resultados apontam que os participantes reconhecem os impactos significativos da reforma sobre a prática contábil, mas também revelam insegurança quanto à sua formação acadêmica para enfrentar tais mudanças. Observou-se uma percepção otimista quanto às oportunidades de mercado, porém acompanhada de dúvidas sobre a valorização profissional. Conclui-se que há necessidade de maior integração entre teoria e prática no currículo do curso, com foco em tributação aplicada, a fim de preparar adequadamente os futuros contadores para os desafios do novo cenário fiscal brasileiro.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Contabilidade. Percepção. Formação profissional. Ensino superior

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Nova estrutura tributária

**Figura 2** – Nova tabela de de alíquotas

**Figura 3** – Cronograma de transição

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Quadro Teórico

**Quadro 2** - Tentativas de Propostas

**Quadro 3** – Descritores da Pesquisa

## LISTA DE GRÁFICO

**GRÁFICO 1** - Gênero

**GRÁFICO 2** - Raça/cor

**GRÁFICO 3** - Semestre em que está matriculado atualmente

**GRÁFICO 4** - Experiência profissional

**GRÁFICO 5** - Tipo de vínculo profissional

**GRÁFICO 6** - Conhecimento geral sobre a reforma tributária

**GRÁFICO 7** - Compreensão das propostas relativas as mudanças nos regimes tributários

**GRÁFICO 8** - Percepção acerca das mudanças na atuação contábil

**GRÁFICO 9** - Percepção acerca das mudanças na escrituração contábil

**GRÁFICO 10** - Percepção acerca da complexidade das novas regras de apuração tributária.

**GRÁFICO 11** - Percepção acerca dos ajustes e parametrizações nos sistemas fiscais.

**GRÁFICO 12** - Percepção acerca das prováveis simplificações nos processos fiscais para empresas e escritórios contábeis.

**GRÁFICO 13** - Percepção acerca da formação profissional relacionada as mudanças produzidas pela Reforma Tributária

**GRÁFICO 14** - Percepção acerca da formação profissional relacionada a Reforma Tributária

**GRÁFICO 15** - Percepção acerca dos componentes curriculares abordando os temas da Reforma Tributária

**GRÁFICO 16** - Percepção acerca das atividades extracurriculares do curso sobre temas fiscais e tributários

**GRÁFICO 17** - Percepção acerca das possíveis oportunidades no mercado de trabalho produzidas pela Reforma Tributária

**GRÁFICO 18** - Percepção acerca dos desafios da Reforma Tributária para os recém-formados em Contabilidade

**GRÁFICO 19** - Desejo por atuação e/ou especialização na área tributária após a graduação

**GRÁFICO 20** - Percepção sobre impactos imediatos na atuação profissional do contador

**GRÁFICO 21** - Percepção dos impactos imediatos da Reforma Tributária

**GRÁFICO 22** - Percepção acerca da provável valorização dos profissionais de contabilidade

**GRÁFICO 23** - Percepção acerca sensibilização do currículo em relação as práticas sobre tributação aplicada

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CBS</b>	Contribuição sobre Bens e Serviços
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>COFINS</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
<b>DCHT</b>	Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IBS</b>	Imposto sobre Bens e Serviços
<b>IPI</b>	Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>ISS</b>	Imposto Sobre Serviços
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>PIS</b>	Programa de Integração Social
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	11
2.	REFERENCIAL TEÓRICO .....	15
2.1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA .....	15
2.2	SÍNTESE DOS TRABALHOS .....	21
2.3	SISTEMA ATUAL .....	22
2.4	NOVA EMENDA .....	24
2.5	TIMELAPSE DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL .....	27
2.6	O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNEB CAMPUS XIX CAMAÇARI .....	28
3.	METODOLOGIA.....	30
3.1	NATUREZA E TIPO DE PESQUISA.....	30
3.2	CAMPO EMPÍRICO.....	30
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
3.4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....	31
3.5	DELIMITAÇÃO E AMOSTRA.....	32
3.6	LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	33
3.7	ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO .....	33
4.	ANÁLISE DE RESULTADOS .....	40
4.1	RESULTADOS DA CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES – EIXO 1.....	40
4.2	RESULTADOS ACERCA DOS IMPACTOS PERCEBIDOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA - EIXO 2.....	43
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
6.	BIBLIOGRAFIA .....	58

# 1. INTRODUÇÃO

A reforma tributária é uma das pautas mais debatidas no cenário econômico e político contemporâneo, especialmente em países com estruturas fiscais complexas e desafiadoras, como o Brasil, conforme aponta Salvador (2012) ao analisar o papel do fundo público no financiamento das políticas sociais.

Esse processo envolve a revisão e reestruturação do sistema de tributação vigente, com o intuito de promover uma distribuição mais justa da carga tributária e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes.

No contexto dos contadores locais, os efeitos e desafios das mudanças fiscais tornam-se particularmente significativos, pois esses profissionais atuam como intermediários entre a legislação e as necessidades práticas dos cidadãos e das empresas.

A relevância científica desse estudo reside na oportunidade de ampliar o entendimento sobre os impactos específicos que a Reforma Tributária, instituída pela Lei Complementar nº 214, de 2025, terá sobre o exercício contábil no contexto local, especialmente em um cenário de grande expectativa e incertezas no setor.

Diante disso, estudar as percepções desses profissionais representa uma contribuição significativa ao avanço do conhecimento na área contábil, pois fornece uma base empírica e contextualizada para a interpretação de como as mudanças tributárias afetam a prática contábil em diferentes regiões.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui ao oferecer uma abordagem prática e direcionada sobre os desafios tributários e regulatórios que os contadores enfrentam em decorrência de reformas dessa natureza. Estudos anteriores demonstram que a complexidade da legislação tributária brasileira exige dos profissionais uma constante atualização e adaptação, o que muitas vezes impacta diretamente a sua prática cotidiana e o atendimento às necessidades das empresas (Abreu; Pereira; Urquiza, 2022).

Nesse sentido, a análise das percepções dos (futuros) contadores no Campus XIX, Camaçari, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do bacharelado em

ciências contábeis, possibilita o entendimento sobre as consequências locais da reforma tributária, como também oferece uma perspectiva teórica e metodológica que pode ser replicada em outras regiões do país, sob a mesma característica.

Essa contribuição é particularmente relevante em um cenário acadêmico que demanda cada vez mais estudos que articulem teoria e prática, possibilitando um aprendizado aplicado e orientado ao contexto de atuação dos profissionais.

Ao investigar as percepções de (futuros) contadores locais, a pesquisa contribui para a compreensão dos desafios enfrentados na formação e preparação desses profissionais diante da Reforma Tributária, oferecendo subsídios que podem fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e a adequação curricular no contexto da contabilidade tributária.

Em muitos casos, a percepção dos contadores sobre a viabilidade prática de determinadas mudanças tributárias pode indicar pontos críticos que carecem de maior atenção, especialmente em regiões onde os desafios econômicos e estruturais são distintos.

A percepção dos contadores sobre a viabilidade prática de determinadas mudanças tributárias pode revelar pontos críticos que demandam maior atenção, sobretudo em contextos locais onde os desafios econômicos e estruturais se manifestam de maneira particular. Conforme destaca Marcomino (2023), as percepções desses profissionais evidenciam não apenas expectativas de simplificação do sistema tributário, mas também incertezas e dificuldades relacionadas ao período de transição e à ausência de informações consolidadas sobre aspectos relevantes da reforma tributária (Marcomino, 2023, p. 20-22).

Além disso, ao oferecer uma compreensão mais detalhada sobre os desafios enfrentados pelos (futuros) contadores locais, este estudo busca evidenciar a relevância de se considerar as especificidades regionais nas discussões sobre a Reforma Tributária. Ao trazer à tona as percepções desses profissionais, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre a adaptação da prática contábil em contextos distintos e para a valorização de abordagens mais sensíveis às realidades locais. Esse movimento está alinhado à defesa de uma contabilidade mais crítica e comprometida com a transformação social, como propõem Oliveira e Martins (2021),

ao ressaltarem que a atuação contábil deve dialogar com as complexidades regionais e promover um pensamento contábil voltado para a realidade brasileira (Oliveira; martins, 2021, p. 190).

Adicionalmente, o estudo apresenta viabilidade financeira, já que os custos envolvidos são acessíveis, dado o uso de métodos de coleta direta e local, como questionários, o que limita o custo sem comprometer a abrangência e a profundidade da análise.

Estudos como o de Azevedo e Melo (1997) reforçam a importância de compreender a relação entre mudanças tributárias e a atuação dos contadores para promover práticas mais alinhadas com a realidade tributária vigente.

Em suma, a pesquisa sobre a percepção dos (futuros) contadores locais em relação à reforma tributária apresenta relevância tanto para a academia quanto para a sociedade, além de impactar diretamente a prática profissional na área contábil.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma instituição pública de ensino superior que desempenha um papel relevante na formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento, com destaque para sua atuação nas regiões do interior da Bahia. Criada em 1983, adota um modelo multicampi que possibilita a oferta de educação superior em diferentes localidades do estado, contribuindo para o desenvolvimento regional e para a promoção da inclusão social. Ao longo de sua trajetória, a UNEB tem se consolidado como referência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (Uneb, 2025).

O Campus XIX da UNEB está situado no município de Camaçari, região caracterizada por forte presença industrial e significativa importância econômica para o estado. Esse contexto favorece a realização de estudos e projetos voltados às demandas locais, especialmente na área da Contabilidade. O curso de Ciências Contábeis do campus busca formar profissionais capacitados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, articulando o conhecimento acadêmico com as transformações econômicas, sociais e legais que influenciam a prática contábil (Uneb, 2025).

O estudo considera a realidade local e a relevância do papel que esses futuros

profissionais exercerão na adaptação às mudanças previstas no sistema tributário brasileiro, buscando compreender como interpretam essas transformações e de que forma elas podem influenciar sua futura atuação profissional.

Com as propostas e discussões constantes em torno da reforma tributária, emerge uma questão central: Qual a percepção dos (futuros) contadores locais sobre os desafios da reforma tributária, no contexto dos estudantes matriculados no semestre de 2025-1 no DCHT-XIX Camaçari, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)?

A introdução situa o tema e delimita o foco do estudo, explicando sua relevância e objetivos. Em seguida, a seção de referencial teórico oferece um panorama legal e bibliográfico crítico sobre a reforma tributária no Brasil, conectando-a à prática contábil e aos impactos percebidos pelos profissionais. A metodologia detalha os caminhos escolhidos para coleta e análise dos dados, e aplicação de questionários. Após isso, a seção de resultados revela as percepções dos contadores diante das mudanças em curso. Por fim, as considerações finais sintetizam os aprendizados do estudo e apontam possíveis desdobramentos para a prática contábil e para futuras pesquisas. As referências utilizadas encerram o trabalho, fundamentando teoricamente cada etapa desenvolvida.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Revisão bibliográfica sistemática**

A construção do referencial teórico deste trabalho foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica sistemática, conduzida entre os dias 20 de abril e 05 de maio de 2024. Durante esse período, foram feitas consultas em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como Scopus, Google Scholar, Web of Science e SciELO, com o objetivo de reunir produções relevantes sobre o tema. Foram adotados critérios específicos para a seleção das fontes, incluindo: publicações disponíveis em idioma português, com data de publicação entre 2018 e 2024; textos com acesso aberto ou vinculados a instituições de ensino e pesquisa; e conteúdos que abordassem de forma direta temas como a complexidade do sistema tributário brasileiro, as propostas de unificação de tributos, os impactos econômicos e sociais da reforma, as comparações internacionais e os desafios políticos envolvidos. Priorizaram-se, ainda, artigos científicos revisados por pares, trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e livros técnicos, especialmente aqueles com fundamentação teórica consolidada e pertinência ao recorte regional e profissional proposto pelo estudo.

A pesquisa bibliográfica foi orientada por trabalhos que abordam tanto os aspectos teóricos quanto práticos da Reforma Tributária, com ênfase em estudos acadêmicos, artigos científicos e relatórios produzidos por instituições reconhecidas. Buscou-se contemplar diferentes perspectivas sobre o tema, de modo a construir uma análise equilibrada dos principais desafios e propostas de mudança no sistema tributário. Para a seleção das fontes, foram utilizados termos como: “reforma tributária”, “impactos da reforma tributária”, “desafios para contadores”, “contabilidade e tributos”, “legislação tributária brasileira”, “sistema tributário nacional”, “simplificação tributária”, “tributação sobre o consumo”, “IBS e CBS”, “substituição tributária”, “reorganização fiscal”, “complexidade do sistema tributário”, “carga tributária” e “papel do contador na reforma tributária”. As buscas foram realizadas em plataformas como o Google Acadêmico, Scielo, Periódicos CAPES e em sites oficiais de órgãos públicos.

Entre os textos selecionados, merece destaque a obra *Reforma Tributária no Brasil*, de Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti (2018), que analisa a complexidade do sistema tributário vigente e propõe a unificação de tributos como uma maneira de aumentar a competitividade econômica do país. Outro estudo importante é *Reforma Tributária no Brasil: Simplificação e Modernização*, de Amanda Vieira Harzheim (2024), que foca na implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), defendendo uma clara separação entre as competências tributárias da União, estados e municípios.

No trabalho *Reforma Tributária no Brasil: Por Onde Começar*, de Fernando Gaiger Silveira, Luana Passos e Dyeggo Rocha Guedes (2018), sugere-se que a reforma tenha início pela tributação sobre o consumo, considerada uma área menos complexa do que outras formas de tributação, o que pode garantir maior viabilidade política e resultados mais rápidos.

A comparação internacional é abordada em *Reforma Tributária Brasileira: Comparação Internacional*, de Eric Castro e Silva, Bruna Maria Nunes Lima e Vitória Bárbara da Silva Carvalho (2024), que analisa o sistema tributário brasileiro em relação aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ressaltando a necessidade de maior neutralidade e eficiência no sistema tributário nacional.

O texto *Perspectivas e Desafios da Reforma Tributária no Brasil*, de Thalles da Silva Contão e Felipe Ribeiro Lemos (2023), aborda as resistências políticas e técnicas que surgem durante a reforma, destacando a importância de um processo de negociação envolvendo todos os entes federativos. Já em *O Nó da Reforma Tributária no Brasil*, Murilo de Oliveira Junqueira (2015) discute os conflitos de interesses entre União, estados e municípios, evidenciando a complexidade do processo. A obra *Extrafiscalidade na Reforma Tributária*, de Pedro Adamy (2024), trata do uso de tributos com objetivos extrafiscais, como o estímulo a comportamentos socialmente desejáveis e políticas ambientais. Por fim, o estudo *Reforma Tributária e Justiça Social*, de Larissa Friedrich Reinert Barbosa (2017), discute a regressividade do sistema tributário atual e propõe medidas

compensatórias para proteger os contribuintes de menor renda.

Além das análises práticas e técnicas, é fundamental entender as teorias econômicas que sustentam a necessidade de uma reforma tributária. A teoria da eficiência econômica e a economia do bem-estar, por exemplo, são essenciais para compreender como a reforma tributária pode melhorar a alocação de recursos, aumentar a competitividade do país e criar um sistema mais justo. Referências como o livro de Mankiw (2012) e a teoria da justiça fiscal de John Rawls são importantes para embasar essa discussão.

A teoria da eficiência econômica é um dos principais fundamentos para a necessidade de uma reforma tributária eficaz. Essa teoria busca garantir que os recursos disponíveis na economia sejam alocados da forma mais produtiva possível, minimizando distorções causadas por impostos excessivos ou mal estruturados. Uma tributação eficiente deve evitar interferências que prejudiquem o investimento, a produção e o consumo, promovendo um ambiente econômico que incentive o crescimento e a competitividade. Conforme explica Mankiw (2013), sistemas tributários mais simples e neutros tendem a ser mais eficientes, pois reduzem os chamados "custos de eficiência" e tornam a economia mais dinâmica.

Já a economia do bem-estar, especialmente a teoria da justiça fiscal inspirada nos princípios de John Rawls, acrescenta uma dimensão ética e social ao debate tributário. Rawls (2016) defende que as instituições devem ser estruturadas de forma a promover justiça social, com especial atenção aos menos favorecidos. No contexto tributário, isso implica em buscar um sistema que seja progressivo, capaz de reduzir desigualdades e distribuir melhor a carga tributária. De acordo com Baltazar e Catarino (2024), aplicar os princípios de Rawls ao direito tributário brasileiro implica reconhecer que a justiça fiscal deve guiar a formulação de políticas que conciliem eficiência arrecadatória com equidade social.

A comparação do sistema tributário brasileiro com os modelos de outros países oferece uma visão interessante de como diferentes economias enfrentaram desafios similares. Relatórios da OCDE, como *Tax Policy Reform in OECD Countries* (2019), e estudos sobre os modelos tributários de

países como Índia e México, podem fornecer *insights* úteis sobre a viabilidade de algumas das propostas de reforma para o Brasil.

A reforma tributária não pode ser vista apenas pelo prisma econômico, também é essencial entender os impactos sociais dessa mudança, especialmente no que diz respeito à distribuição de renda e à justiça fiscal. O trabalho de Piketty (2014) sobre desigualdade social e distribuição de riqueza pode servir de base para avaliar como a reforma tributária pode contribuir para reduzir desigualdades e promover uma maior equidade social.

Implementar a reforma tributária no Brasil não é tarefa fácil, especialmente devido aos desafios políticos que ela envolve. As disputas entre a União, estados e municípios tornam o processo ainda mais complexo. Portanto, a negociação entre esses entes federativos e a cooperação entre eles são elementos cruciais para o sucesso da reforma. Estudos sobre o processo político da reforma tributária, como o de Figueiredo (2016), ajudam a entender essas dinâmicas e a importância de um diálogo construtivo.

A reforma também demanda mudanças nas estruturas de governança pública. A teoria da administração pública e o desenho institucional são aspectos importantes para entender como o Brasil pode melhorar sua gestão fiscal, tornando a Receita Federal e outros órgãos mais eficientes na arrecadação e fiscalização. Bresser-Pereira (2014) fornece uma visão importante sobre como o Estado brasileiro pode se reestruturar para implementar a reforma de maneira eficaz.

Além dos aspectos econômicos, políticos e administrativos, a reforma tributária também envolve questões jurídicas, como a necessidade de modificar a Constituição e criar novas leis para instituir os novos impostos e a estrutura tributária proposta. O trabalho de Mendonça (2020) sobre as implicações constitucionais da reforma tributária fornece uma análise detalhada dos desafios legais que o Brasil enfrenta nesse processo.

Com o avanço da tecnologia, a digitalização também tem um papel crescente na reforma tributária. Ferramentas como *big data*, *blockchain* e outras inovações tecnológicas podem melhorar a eficiência do sistema

tributário, reduzir a evasão fiscal e aumentar a transparência na gestão tributária. O trabalho de Jurubeba e Bastani (2022) discutem como essas tecnologias podem ser aplicadas no contexto brasileiro para modernizar o sistema tributário.

Quadro 1- Quadro Teórico

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Temas/Conceito</b>
2022	ABREU, Daniele Aparecida de; PEREIRA, Wanslei Carvalho; URQUIZA, Pedro	Os impactos da Reforma Tributária no ambiente social e corporativo
2018	SILVEIRA, Fernando Gaiger; PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha.	Reforma Tributária no Brasil: por onde começar ?
2024	SILVA, Eric Castro e; LIMA, Bruna Maria Nunes; CARVALHO, Vitória Bárbara da Silva.	Reforma Tributária Brasileira: uma Comparação Prática com o Sistema Canadense.
2015	JUNQUEIRA, Murilo de Oliveira.	O Nó da Reforma Tributária no Brasil.
2024	LEÃO, Martha.	A Reforma Tributária sobre o Consumo e a Justiça Fiscal
1997	AZEVEDO, Sérgio de; MELO, Marcus André	A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional
2013	MANKIW, N. Gregory	Princípios de economia
2014	PIKETTY, Thomas	O Capital no Século XXI

2014	BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos	Administração pública e reforma do Estado
2016	FIGUEIREDO, Argelina	Processo político da reforma tributária
2017	MACHADO, Carlos Henrique; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar	Justiça distributiva e reforma
2017	BARBOSA, Larissa Friedrich Reinert	Reforma Tributária e Justiça Social
2018	ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio	Reforma Tributária no Brasil
2020	MENDONÇA, Mário de Souza	Reforma tributária e implicações constitucionais
2022	BREU, Daniele Aparecida de; PEREIRA, Wanslei Carvalho; URQUIZA, Pedro	Os impactos da Reforma Tributária no ambiente social e corporativo
2022	JURUBEBA, Cássio; BASTANI, Roberto	Tecnologia e modernização tributária
2024	ADAMY, Pedro	Extrafiscalidade na Reforma Tributária
2024	BALTAZAR, Anderson; CATARINO, Paula	Justiça fiscal e direito tributário à luz de Rawls
2016	RAWLS, John	Teoria da Justiça

Fonte: Revisão Bibliográfica Sistemática realizada pelo autor (2025)

## 2.2 Síntese dos trabalhos

No estudo de Abreu, Pereira e Urquiza (2022), intitulado "Os Impactos da Reforma Tributária no Ambiente Social e Corporativo", os autores destacam que "as propostas de reforma tributária, embora apresentem alguns pontos divergentes, têm como principal objetivo a simplificação do sistema tributário, com a extinção de alguns impostos e a criação de um Imposto sobre Valor Agregado, unificando os que foram extintos". O estudo também evidencia que o sistema atual é marcado pela alta complexidade.

Outro estudo relevante é o de Felisberto (2023), que em "O Brasil Entendeu a Função dos Tributos?" analisa o Direito Tributário como um instrumento de transformação social. A autora argumenta que "o Direito Tributário é indispensável, em uma visão reformista, para a construção de uma sociedade justa e para a superação da desigualdade econômica, aliando funções fiscais e extrafiscais". Felisberto destaca ainda que o atual sistema é altamente regressivo, onerando desproporcionalmente as camadas mais pobres da população.

No trabalho de Machado e Balthazar (2017), intitulado "A Reforma Tributária como Instrumento de Efetivação da Justiça Distributiva", os autores ressaltam que "a reforma tributária é necessária para buscar, por meio de um sistema mais justo, alternativas para a melhor efetivação dos direitos fundamentais". O estudo adota uma perspectiva histórica e destaca que a justiça distributiva é um princípio central para a legitimidade da tributação.

Esses estudos revelam que a Reforma Tributária no Brasil tem como objetivos centrais simplificar e modernizar o sistema tributário, promover a justiça fiscal e ampliar o uso da extrafiscalidade. No entanto, evidenciam-se desafios políticos e federativos, especialmente na repartição de receitas e na resistência de setores beneficiados pelo modelo atual. A implementação do IBS é vista como um passo fundamental para alcançar maior eficiência econômica e segurança jurídica, ao mesmo tempo em que destaca a importância de princípios como transparência e justiça.

## 2.3 Sistema atual.

O atual sistema tributário brasileiro é caracterizado por sua complexidade e pela elevada carga tributária, o que gera diversos desafios tanto para as empresas quanto para os cidadãos. Segundo Almeida (2024), essa estrutura não apenas dificulta o ambiente de negócios e o crescimento econômico, como também impõe obstáculos à justiça fiscal, comprometendo o desenvolvimento industrial e socioeconômico do país.

A estrutura de tributos no Brasil é composta por impostos federais, estaduais e municipais que, em muitos casos, se sobrepõem e criam um emaranhado de obrigações fiscais. Essa multiplicidade de impostos gera um ambiente de alta burocracia, onde as empresas precisam se preocupar com o cumprimento de uma série de normas, muitas vezes conflitantes ou redundantes. Segundo aponta o estudo O Brasil entendeu a função dos tributos? (2023), essa complexidade não apenas dificulta o ambiente de negócios, como também distancia o sistema tributário de sua função social e redistributiva.

Além disso, o sistema é frequentemente criticado por sua carga tributária elevada, que impacta diretamente a competitividade das empresas e reduz a renda disponível para os cidadãos. Esses fatores contribuem para o aumento dos custos operacionais das empresas, especialmente das pequenas e médias, que enfrentam dificuldades para arcar com a complexidade tributária, além de comprometerem sua capacidade de investimento e crescimento. Segundo Abreu, Pereira e Urquiza (2023), essa estrutura tributária desorganizada e desigual afeta não apenas o ambiente corporativo, mas também aprofunda desigualdades sociais, evidenciando a necessidade de uma reforma mais justa e eficiente.

Ao longo das últimas décadas, diversas tentativas de reforma tributária foram feitas no Brasil, visando simplificar o sistema e tornar a tributação mais justa. A primeira tentativa relevante ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que, embora tenha estabelecido princípios fundamentais para o sistema tributário, não conseguiu promover mudanças substanciais devido às dificuldades políticas da época. Já na década de 1990, durante o governo de

Fernando Henrique Cardoso, foi apresentada a Proposta de Reforma Tributária de 1995 (Projeto de Lei nº 3.779/1995), que visava substituir o ICMS e outros tributos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA). No entanto, a resistência dos estados e municípios fez com que a proposta não avançasse.

Em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, surgiu a PEC 233/2007, que também pretendia a unificação de tributos, criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Porém, novamente a falta de consenso entre os diferentes entes federativos impediu que a proposta seguisse adiante. Na gestão de Dilma Rousseff, em 2013, a PEC 293/2013 foi apresentada, com o mesmo objetivo de criar um novo sistema tributário, mas também não conseguiu avançar no Congresso devido a entraves políticos e o temor de perda de autonomia fiscal pelos estados.

As propostas mais recentes começaram a ganhar destaque a partir de 2019. A PEC 45/2019, uma das mais discutidas, tem como objetivo a criação de um IBS que substituiria cinco tributos principais: IPI, ICMS, PIS, COFINS e ISS. A proposta visa simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entretanto, a PEC 45 ainda enfrenta resistência, especialmente dos estados, que temem a perda de arrecadação. Em paralelo, tramita a PEC 110/2019, que também busca a simplificação do sistema tributário, mas com algumas diferenças na forma de distribuição da arrecadação e na estrutura do novo imposto. Atualmente, algumas dessas reformas estão em discussão no Congresso, refletindo o reconhecimento da necessidade urgente de mudança.

A principal proposta é a unificação de impostos, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Essa simplificação visa reduzir a burocracia e tornar o sistema tributário mais transparente e eficiente. No entanto, essa unificação pode ter um impacto significativo, especialmente para as pequenas e médias empresas, que temem que a centralização da arrecadação leve a uma maior concentração de poder nas mãos da União, prejudicando a autonomia dos estados e municípios e dificultando o atendimento das necessidades locais.

A necessidade de uma reforma tributária que promova maior

simplificação e justiça fiscal é urgente. O sistema atual, com suas falhas, pode ser um obstáculo ao desenvolvimento econômico, principalmente para os pequenos empresários, que se veem sobrecarregados com a complexidade tributária.

A reforma proposta, se bem implementada, pode ser um passo importante para a construção de um sistema mais eficiente, justo e capaz de atender às demandas do Brasil contemporâneo. No entanto, a reforma também exige uma análise cuidadosa dos impactos sobre os diferentes segmentos da economia e da sociedade, para garantir que os benefícios sejam amplamente distribuídos, sem prejudicar os mais vulneráveis.

Quadro 2 - Tentativas de Propostas

<b>Governo</b>	<b>Tipo</b>	<b>Número</b>	<b>Ano</b>
Fernando H. Cardoso	Projeto de Lei	3.779/1995	1995
Luiz Inácio Lula da Silva	PEC	233/2007	2007
Dilma Rousseff	PEC	293/2013	2013
Jair Messias Bolsonaro	PEC	45/2019	2019

Fonte: Pesquisa exploratória.

## 2.4 Nova emenda

A reforma tributária atualmente em discussão no Brasil representa uma das mais profundas transformações no sistema fiscal do país nas últimas décadas. Aprovada por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023, a proposta busca simplificar a complexa rede de tributos sobre o consumo, promover maior equidade fiscal e estimular o crescimento econômico sustentável. Seu objetivo é modernizar a estrutura tributária, tornando-a mais eficiente e menos burocrática, ao mesmo tempo em que promove justiça social e uma distribuição mais equilibrada da carga tributária, conforme

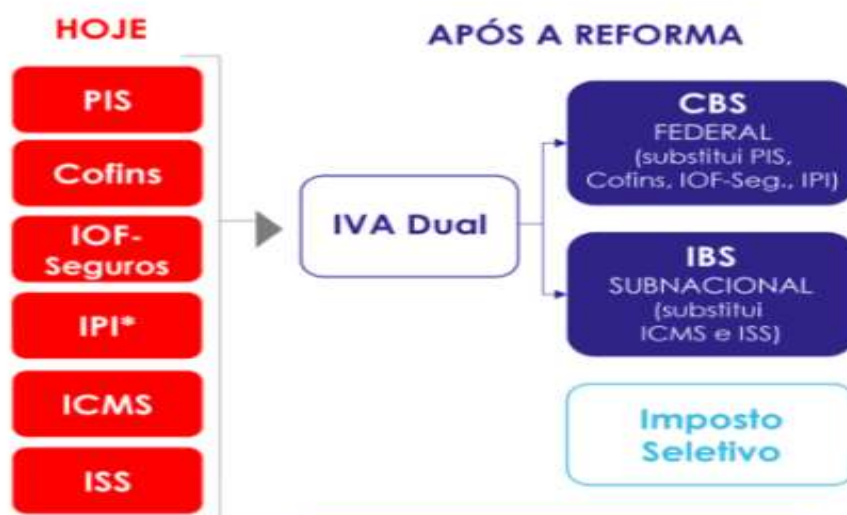
apontam análises da Tax Group e E-Auditoria (2025).

O cerne da proposta é a substituição de cinco tributos por dois novos impostos sobre valor agregado (IVA), adotando um modelo dual. No âmbito federal, será criada a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS, Cofins e IPI. Já no âmbito estadual e municipal, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substituirá o ICMS e o ISS. Essa estrutura visa respeitar o pacto federativo, mantendo a autonomia dos entes subnacionais na arrecadação de receitas, conforme destaca a Reuters (2024).

Figura 1- Nova estrutura tributária

## Reforma tributária

### Como vão ficar os tributos no Brasil?



\* O IPI será mantido para cerca de 5% dos produtos hoje alcançados

Créditos: Governo Federal

Fonte: Governo Federal (2024)

A implementação do novo sistema será gradual. A CBS terá sua alíquota plena a partir de 2027, enquanto o IBS será totalmente implementado até 2029. Durante o período de transição, haverá uma fase de testes com alíquotas reduzidas para adaptação dos contribuintes e dos fiscos. A alíquota padrão combinada dos dois tributos não deverá ultrapassar 26,5% (CNN BRASIL, 2025).

Figura 2- Nova tabela de Aliquotas

## Alíquotas da Reforma Tributária

Estimativa de alíquota 26,5%	
CBS	IBS
8,8%	17,70%

Fonte: Governo Federal (2024)

Além da simplificação tributária, a reforma introduz o Imposto Seletivo, destinado a desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas, cigarros e combustíveis fósseis. Esse imposto não possui finalidade arrecadatória, mas sim regulatória (SENADO FEDERAL, 2025).

Segundo Serviços e Informações do Brasil (2025), “a adoção do princípio do destino na arrecadação do IBS pode beneficiar regiões consumidoras em detrimento das produtoras, exigindo mecanismos de compensação para evitar desequilíbrios federativos”.

Setores como educação, saúde e agropecuária terão alíquotas reduzidas, pagando apenas 40% da alíquota padrão. A cesta básica nacional será isenta, e setores estratégicos, como biocombustíveis, tecnologia e inovação, poderão contar com regimes especiais e incentivos fiscais (E-Auditoria, 2025; Reuters, 2025).

Ao comparar o modelo brasileiro com o sistema canadense, observa-se

que ambos adotam um IVA dual para respeitar a autonomia dos entes federativos. No Canadá, o *Goods and Services Tax* (GST) é o imposto federal, enquanto o *Harmonized Sales Tax* (HST) é adotado por algumas províncias. A experiência canadense destaca a importância de uma coordenação eficaz entre os níveis de governo e de sistemas de compensação para garantir a equidade na distribuição das receitas (Diário do Comércio, 2025).

## **2.5 Timelapse da Reforma Tributária no Brasil**

A reforma será implementada de forma gradual ao longo de um período de transição, que vai até 2029. A seguir, detalha-se o cronograma de implementação:

1. **2025:** Publicação da LC 214 e início da adaptação legal e institucional
2. **2026:** Fase inicial com a adaptação dos sistemas tributários estaduais, municipais e federais. Durante esse período, haverá testes com alíquotas reduzidas, e as empresas e órgãos fiscais começarão a se ajustar às novas normas.
3. **2027:** A CBS começará a ter sua alíquota plena implementada. As primeiras mudanças significativas começarão a ser sentidas, e os entes federativos começarão a utilizar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em um formato de transição.
4. **2029:** O IBS será gradualmente absorvido pelos estados e municípios, e sua alíquota padrão será consolidada.
5. **2033:** Extinção total dos tributos anteriores (ICMS, ISS, PIS, Cofins, IPI) e Conclusão da implementação total da reforma, com as alíquotas finais sendo aplicadas, e o sistema tributário, como um todo, reformulado, incluindo a transição completa para o novo modelo de IVA.

As perspectivas futuras da reforma tributária no Brasil dependerão de fatores políticos e econômicos. A aprovação das leis complementares necessárias, a capacidade de adaptação dos entes federativos e dos contribuintes, e o monitoramento dos impactos econômicos serão determinantes para o sucesso da implementação

Figura 3 - Cronograma de transição



Fonte: Site Turivius (2025).

## 2.6 O curso de ciências contábeis na UNEB Campus XIX Camaçari

O curso de Ciências Contábeis tem como finalidade formar profissionais aptos a atuar com competência técnica, ética e responsabilidade social nas diversas áreas da contabilidade. No contexto da sociedade contemporânea, caracterizada por um ambiente organizacional dinâmico e altamente competitivo, é exigido do contador não apenas domínio técnico, mas também uma formação humanística e crítica, capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social (UNEB, 2024).

A proposta pedagógica do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ofertado no Campus XIX – Camaçari, alinha-se às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, promovendo a formação de um profissional comprometido com os princípios da ética, da cidadania e da sustentabilidade. O currículo está estruturado para articular teoria e prática, estimulando o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e socioemocionais,

em consonância com as demandas da sociedade e do mercado (UNEB, 2024).

O curso foi autorizado por meio do Decreto Federal nº 92.220, de 26 de dezembro de 1985, e reconhecido através do Parecer nº 384/88 e da Portaria nº 509, de 20 de setembro de 1989, do Ministério da Educação (BRASIL, 1989).

Com duração de oito semestres, o curso organiza-se de modo a permitir a consolidação do conhecimento técnico-científico necessário para a atuação em um mercado de trabalho exigente e em constante transformação. A matriz curricular contempla disciplinas que desenvolvem habilidades para compreender questões científicas, econômicas, sociais e financeiras, tanto em âmbito nacional quanto internacional, além de promover o domínio das ferramentas tecnológicas aplicadas à contabilidade (UNEB, 2024).

O egresso do curso de Ciências Contábeis da UNEB deve apresentar sólida formação teórica e prática, com domínio das áreas de auditoria, perícia, contabilidade pública e privada, controladoria e aspectos fiscais. Está apto a elaborar, analisar e interpretar demonstrações contábeis, aplicar normas técnicas e atuar em processos de planejamento e controle. O curso enfatiza o uso de tecnologias que otimizam a precisão e agilidade das atividades contábeis. O profissional formado estará preparado para atender às demandas do mercado, com responsabilidade ética, visão crítica e compromisso social, atuando tanto em organizações públicas quanto privadas. A formação inclui estágio supervisionado e práticas que fortalecem a aplicabilidade do conhecimento adquirido ao longo do curso (UNEB, 2024).

Dessa forma, o curso de Ciências Contábeis do Campus XIX – UNEB contribui de forma significativa para o fortalecimento da economia regional, ao formar profissionais comprometidos com a solução de problemas contábeis e gerenciais, preparados para intervir de maneira consciente nas organizações e na sociedade.

### **3. METODOLOGIA**

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na realização desta pesquisa, cujo objetivo é compreender a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIX – Camaçari, sobre os desafios decorrentes da Reforma Tributária. A investigação foi organizada a partir de três eixos temáticos: (i) caracterização dos atores, (ii) impactos percebidos e (iii) desafios percebidos. Serão apresentados a natureza e o tipo de pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados, a definição da amostra, além das limitações do estudo.

#### **3.1 Natureza e tipo de pesquisa**

A pesquisa é de natureza aplicada, uma vez que busca gerar conhecimento prático, voltado para a compreensão de uma problemática específica do contexto contábil. Desse modo, os achados do presente estudo podem ser assumidos como diagnóstico do curso e possivelmente assimilados em processos de gestão acadêmica do mesmo.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois tem por finalidade levantar e descrever as percepções dos estudantes sobre o tema. No que diz respeito aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de campo, utilizando abordagem quantitativa, com o uso de questionário estruturado como instrumento de coleta de dados.

#### **3.2 Campo empírico**

O campo empírico da pesquisa corresponde ao Curso de Ciências Contábeis da UNEB – Campus XIX, localizado no município de Camaçari, Bahia tomando por base os alunos matriculados no referido curso no semestre de 2025-1 que aceitaram participar do estudo.

A escolha desse campo se justifica pela relevância de compreender como os futuros profissionais da contabilidade percebem as transformações trazidas pela Reforma Tributária, considerando suas expectativas e inserção (ou futura inserção) no mercado de trabalho.

### **3.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados**

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um formulário do tipo questionário estruturado *online*, elaborado com questões fechadas, alinhadas aos três eixos da pesquisa. O questionário foi disponibilizado aos estudantes de forma online, garantindo maior alcance e acessibilidade.

A presente pesquisa foi conduzida com rigor ético, em conformidade com as diretrizes estabelecidas para a realização de investigações acadêmicas. A participação dos respondentes foi inteiramente voluntária e acompanhada de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), inserido no próprio questionário, no qual foram informados acerca dos objetivos do estudo e da utilização exclusiva dos dados para fins acadêmicos. Ressalta-se que todas as informações foram tratadas de forma anônima, garantindo-se o sigilo e a confidencialidade das identidades dos participantes, conforme os princípios éticos que asseguram a integridade e o respeito aos envolvidos na pesquisa.

Os dados obtidos foram tratados por meio de análise estatística descritiva, utilizando recursos como frequências, tabelas, quadros, percentuais e cruzamentos simples, a fim de possibilitar uma visão clara dos perfis dos respondentes e das percepções relacionadas aos impactos e desafios da Reforma Tributária.

### **3.4 Percorso metodológico da pesquisa**

Para melhor visualização do processo adotado na pesquisa, apresenta-se a seguir o quadro síntese do percurso metodológico, organizado com base nos três eixos de investigação.

### 3.5 Delimitação e amostra

A pesquisa abrangeu estudantes regularmente matriculados no curso de Ciências Contábeis da UNEB – Campus XIX, abrangendo diferentes semestres. A definição da amostra se deu por meio de uma abordagem não probabilística, por conveniência, considerando os estudantes que se dispuseram a responder ao questionário no período de coleta.

No universo de 290 estudantes matriculados, 60 estudantes responderam ao questionário, representando um percentual de 20,69%. No cálculo da amostra significativa da população.

O cálculo matemático do tamanho amostral ideal, com base na fórmula estatística,  $n = (Z^2 * p*(1-p))/E^2$ . Onde  $n$  representa o tamanho da amostra,  $N$  é o tamanho da população (290 indivíduos),  $Z$  é o valor correspondente ao nível de confiança (1,96 para 95%),  $p$  é a proporção esperada (0,5) e  $E$  é a margem de erro admitida (5%), indicou que o número mínimo necessário de participantes para garantir representatividade estatística seria de aproximadamente 165 respondentes.

Para que se obtivesse uma amostra significativa, portanto, seriam necessárias ao menos 165 respostas válidas. Considerando, contudo, que o número efetivo de participantes foi de 60 respondentes, a amostragem deste estudo é caracterizada como não probabilística e restritiva. Em decorrência disso, os resultados obtidos não podem ser generalizados para toda a população do curso, devendo ser interpretados como indicativos das percepções dos respondentes específicos que participaram da pesquisa.

Ainda assim, ressalta-se que os dados levantados oferecem subsídios relevantes para compreender tendências, percepções e possíveis apontamentos exploratórios dentro do contexto investigado, contribuindo com reflexões importantes sobre o tema estudado.

### **3.6 Limitações do estudo**

Como limitação da pesquisa, destaca-se o curto período disponível para aplicação do formulário, o que pode ter afetado a amplitude da amostra. Além disso, a aplicação online, embora eficiente, pode ter restringido a participação de estudantes com acesso limitado à internet ou menor familiaridade com ferramentas digitais.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a restrição do campo empírico ao Campus XIX da UNEB, o que não permite a generalização dos resultados para outros contextos acadêmicos ou profissionais.

Ademais, a percepção dos estudantes pode ser influenciada por seu nível de conhecimento sobre a Reforma Tributária, pela experiência profissional prévia ou pela familiaridade com temas contábeis e tributários.

### **3.7 Estrutura do questionário**

A seguir, apresentam-se as questões do questionário agrupadas segundo os três eixos temáticos, com a respectiva explicação dos objetivos e do que cada uma busca mensurar.

#### **EIXO I – Caracterização dos Atores**

Este eixo objetiva identificar o perfil dos participantes, reunindo dados sociodemográficos, acadêmicos e profissionais, além da percepção inicial que possuem sobre a Reforma Tributária. Essa caracterização é fundamental para compreender as influências que essas variáveis podem exercer sobre as percepções e expectativas dos estudantes.

- Questão 1 – Gênero: Identifica a distribuição dos participantes entre os gêneros, possibilitando análises comparativas sobre possíveis diferenças de percepção relacionadas a essa variável.
- Questão 2 – Raça/Cor (autodeclarada): Permite compreender a diversidade racial/cor da amostra, possibilitando verificar se há

diferenças significativas nas percepções entre esses grupos.

- Questão 3 – Semestre atual no curso: Avalia em qual estágio do curso os estudantes se encontram, o que pode influenciar o nível de conhecimento e a maturidade acadêmica sobre o tema.
- Questão 4 – Possui experiência profissional: Verifica se o estudante já possui vivência prática, fator que pode impactar na percepção sobre a aplicabilidade e os desafios da Reforma.
- Questão 5 – Tipo de vínculo profissional: Identifica a natureza do vínculo (por exemplo, estágio, CLT, autônomo), contextualizando a experiência profissional dos respondentes.
- Questão 6 – Segmento de atuação: Mapeia o setor em que atuam, possibilitando relacionar percepções específicas ao segmento de mercado.
- Questão 7 – Tenho um bom conhecimento geral sobre a Reforma Tributária: Mensura a autopercepção do estudante sobre seu nível de conhecimento a respeito do tema, importante para contextualizar respostas sobre impactos e desafios.

## EIXO II – Impactos Percebidos da Reforma Tributária

Neste eixo, busca-se compreender como os estudantes percebem as mudanças técnicas e operacionais que a Reforma pode ocasionar na área contábil, assim como a abrangência e a complexidade dessas transformações.

- Questão 8 – Compreendo as propostas relativas às mudanças nos regimes tributários: Avalia o grau de entendimento dos estudantes acerca das alterações propostas, condição essencial para uma percepção fundamentada sobre os impactos.
- Questão 9 – Acredito que a Reforma afeta significativamente a atuação contábil: Investiga a percepção sobre a relevância da Reforma para a

prática profissional do contador.

- Questão 10 – As mudanças na escrituração contábil serão relevantes: Aponta se os estudantes esperam que as alterações exigirão adaptações significativas nos procedimentos contábeis rotineiros.
- Questão 11 – As novas regras de apuração tributária trarão maior complexidade técnica: Mensura a expectativa quanto ao aumento da complexidade no cumprimento das obrigações fiscais.
- Questão 12 – Sistemas fiscais deverão ser ajustados para atender às mudanças implementadas na Reforma: Analisa a percepção sobre a necessidade de adaptação tecnológica, como a reparametrização de sistemas.
- Questão 13 – A Reforma Tributária trará simplificações nos processos fiscais para empresas e escritórios contábeis: Busca entender se há expectativa de facilitação ou de maior burocracia decorrente da Reforma.

### EIXO III – Desafios Percebidos

Este eixo tem como foco principal os desafios que a Reforma impõe, incluindo a preparação acadêmica dos estudantes, as oportunidades que se abrem no mercado e as necessidades futuras para atuação profissional.

- Questão 14 – Sinto-me preparado(a) para lidar com as mudanças da Reforma Tributária: Avalia o nível de confiança do estudante em sua capacidade para enfrentar as transformações propostas.
- Questão 15 – Minha formação acadêmica aborda adequadamente aspectos relativos à Reforma Tributária: Investiga se o currículo do curso contempla de forma satisfatória os temas ligados à Reforma.
- Questão 16 – A formação acadêmica aborda adequadamente os temas da Reforma Tributária: Complementa a avaliação do conteúdo educacional relacionado.

- Questão 17 – Os professores nos componentes tributários tratam adequadamente os aspectos relacionados à Reforma Tributária: Examina a percepção sobre a qualidade do ensino recebido especificamente na área tributária.
- Questão 18 – O curso oferece eventos ou atividades extracurriculares sobre temas fiscais e tributários: Verifica a oferta de complementação acadêmica que possa contribuir para a formação prática.
- Questão 19 – A Reforma Tributária poderá gerar oportunidades no mercado de trabalho para mim: Avalia as expectativas pessoais quanto às novas oportunidades profissionais decorrentes da Reforma.
- Questão 20 – A Reforma poderá gerar oportunidades de trabalho e renda para os profissionais da contabilidade: Amplia a análise para as perspectivas da categoria profissional como um todo.
- Questão 21 – A complexidade da Reforma representa um desafio para os recém-formados em contabilidade: Investiga o reconhecimento do grau de dificuldade imposto pela Reforma aos futuros profissionais.
- Questão 22 – Pretendo me especializar na área tributária após a graduação: Mensura o interesse dos estudantes em aprofundar seus conhecimentos na área tributária.
- Questão 23 – Entendo que a Reforma Tributária terá impactos imediatos na atuação profissional do contador: Verifica a percepção sobre a temporalidade dos efeitos da Reforma.
- Questão 24 – Não consigo mensurar os impactos imediatos da Reforma Tributária: Avalia o grau de incerteza e desconhecimento dos estudantes em relação aos efeitos da Reforma.
- Questão 25 – A Reforma Tributária resultará em valorização dos profissionais de contabilidade: Analisa as expectativas sobre a valorização profissional decorrente das mudanças.

- Questão 26 – A universidade deveria incluir mais disciplinas práticas sobre tributação aplicada: Reflete sugestões para melhoria do currículo, visando a melhor preparação para os desafios futuros.

A aplicação do formulário ocorreu de forma online, por meio da plataforma Google Forms, o que facilitou a logística da coleta de dados e ampliou o alcance da amostra. Todas as questões foram configuradas como de resposta obrigatória. O tempo estimado de resposta foi de 8 a 10 minutos, o que contribuiu para a agilidade na coleta e para a taxa de conclusão do instrumento.

A população da pesquisa foi composta por estudantes regularmente matriculados em todos os semestres do curso de Ciências Contábeis do Campus XIX, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), localizada no município de Camaçari. A amostragem adotada foi não probabilística por conveniência, tendo como critério a acessibilidade aos respondentes durante o período de coleta.

Essa técnica, embora limite a generalização dos resultados, é adequada em estudos exploratórios com restrições de tempo e recursos, conforme ressaltam Sampieri, Collado e Lucio (2014). Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de planilhas eletrônicas (*Microsoft Excel e Google Sheets*).

O instrumento de coleta de dados deste estudo foi elaborado com base em três eixos principais, buscando compreender como os estudantes de Ciências Contábeis do Campus XIX (Camaçari) percebem os impactos e desafios relacionados à Reforma Tributária. A pesquisa utiliza a escala Likert, que é uma ferramenta bastante utilizada em estudos que envolvem percepção, opinião e atitude. Essa escala permite medir o grau de concordância dos participantes em relação às afirmações apresentadas no questionário.

A Escala de Likert adotada neste estudo é composta por quatro

alternativas de resposta: “discordo”, “concordo parcialmente”, “concordo plenamente” e “neutro”. Esse modelo de escala tem como objetivo mensurar o grau de concordância dos respondentes em relação a determinadas afirmações, sendo amplamente utilizado em pesquisas nas ciências sociais e humanas.

A escolha da Escala de Likert com quatro pontos visa captar nuances nas percepções dos participantes, proporcionando uma análise mais precisa e refinada sobre seus posicionamentos. Com essa estrutura, é possível identificar não apenas o acordo ou desacordo com as proposições, mas também níveis intermediários e posturas neutras diante das temáticas abordadas.

Conforme Júnior, Cabral e Souza (2024), a Escala de Likert é uma das ferramentas mais eficazes para a mensuração de atitudes, crenças e opiniões, pois transforma avaliações subjetivas em dados objetivos, os quais podem ser tratados estatisticamente. Assim, sua aplicação nesta pesquisa contribui significativamente para a obtenção de informações confiáveis e consistentes sobre as percepções dos estudantes de Ciências Contábeis diante dos impactos e desafios da Reforma Tributária.

A Escala de Likert adotada neste estudo é composta por quatro alternativas de resposta: “discordo”, “concordo parcialmente”, “concordo plenamente” e “neutro”. Essa escala foi escolhida por ser amplamente utilizada em pesquisas sociais e por sua eficácia na mensuração de atitudes, crenças e opiniões. Seu principal objetivo é captar o grau de concordância dos respondentes em relação a determinadas afirmações propostas no questionário.

A estrutura da escala permite que os participantes expressem seu posicionamento de forma clara e objetiva, oferecendo alternativas que contemplam desde o total desacordo até a plena concordância, além de possibilitar a escolha pela neutralidade. A opção “neutro” foi incluída com o intuito de reconhecer a possibilidade de o respondente não possuir uma opinião formada sobre determinado tema, ou não se sentir apto a concordar ou discordar da afirmação, o que é particularmente relevante em temas

técnicos e em constante mudança, como a Reforma Tributária.

Ainda que seja mais comum a utilização de escalas com número ímpar de alternativas para incluir o ponto neutro, neste caso optou-se por uma escala de quatro pontos com essa possibilidade, buscando equilibrar objetividade e flexibilidade interpretativa. Isso permite que os dados reflitam de forma mais precisa as percepções reais dos respondentes, sem forçá-los a uma tomada de posição quando esta não for possível ou desejada.

A síntese do percurso metodológico está apresentada na Figura 4, que resume os descritores utilizados na pesquisa.

Figura 4 - Descritores da pesquisa

<b>Categoria de Análise</b>	<b>Descritor</b>	<b>Campo Empírico</b>	<b>Obtenção e análise de dados</b>
Caracterização Dos atores	<ul style="list-style-type: none"><li>• Raça;</li><li>• Semestre cursado;</li><li>• Gênero;</li><li>• Tempo de trabalho;</li><li>• Vínculo profissional;</li><li>• Segmento Econômico</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudantes de Contábeis do Campus Camaçari</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pesquisa de Campo</li><li>• Questionário</li></ul>
Impactos percebidos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudanças nos regimes tributários</li><li>• Mudança nas práticas de escrituração</li><li>• Mudanças na apuração</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudantes de Contábeis do Campus Camaçari</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pesquisa de Campo</li><li>• Questionário</li></ul>
Desafios percebidos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudanças na parametrização de sistemas;</li><li>• Oportunidades ou dificuldades no mundo do trabalho</li><li>• Formação continuada</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudantes de Contábeis do Campus Camaçari</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pesquisa de Campo</li><li>• Questionário</li></ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A presente seção tem por objetivo analisar os dados coletados por meio do formulário do tipo questionário estruturado online aplicado aos discentes do curso de Ciências Contábeis do Campus XIX da UNEB, com foco na percepção sobre os desafios e impactos da Reforma Tributária.

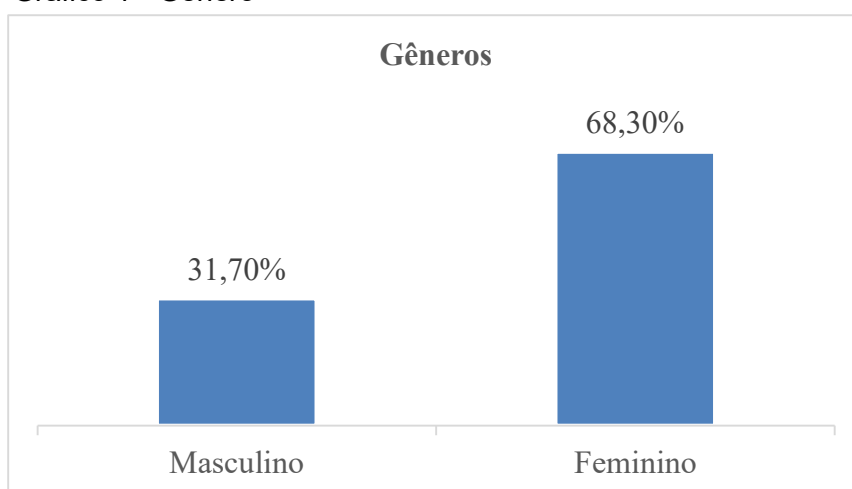
A análise está organizada em quatro eixos temáticos: Caracterização dos Atores, Impactos Percebidos da Reforma Tributária, Desafios Percebidos, e Observações Finais.

A estrutura adotada visa explorar as informações tanto de forma isolada por eixo quanto de forma cruzada, permitindo uma visão mais aprofundada das relações entre o perfil dos respondentes e suas percepções sobre a temática.

### 4.1 Resultados da Caracterização dos Atores – Eixo 1

A distribuição por gênero entre os participantes da pesquisa indicou que 68,3% se identificaram como do sexo feminino, enquanto 31,7% se identificaram como do sexo masculino. Esses dados refletem o perfil predominante dos respondentes no contexto analisado.

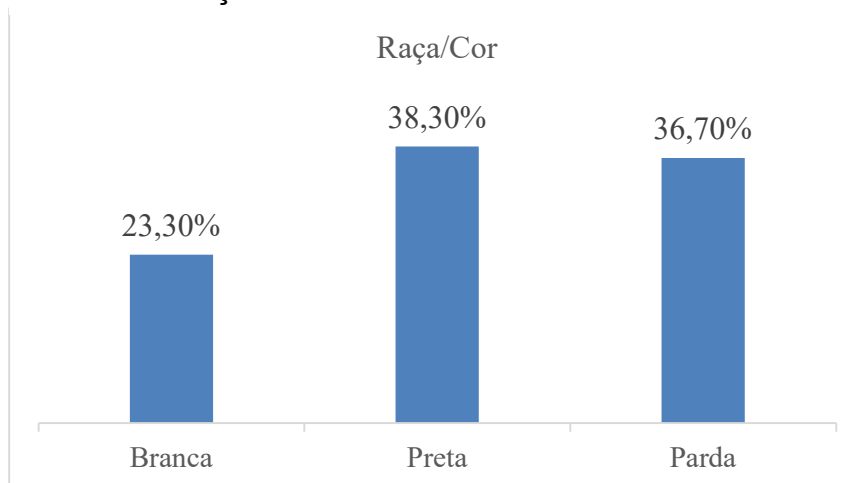
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação à raça/cor autodeclarada, 38,3% dos participantes se identificaram como pretos, 36,7% como pardos e 23,3% como brancos. Esses dados, apresentados no Gráfico 2, evidenciam a presença de diversidade étnico-racial entre os estudantes participantes da pesquisa.

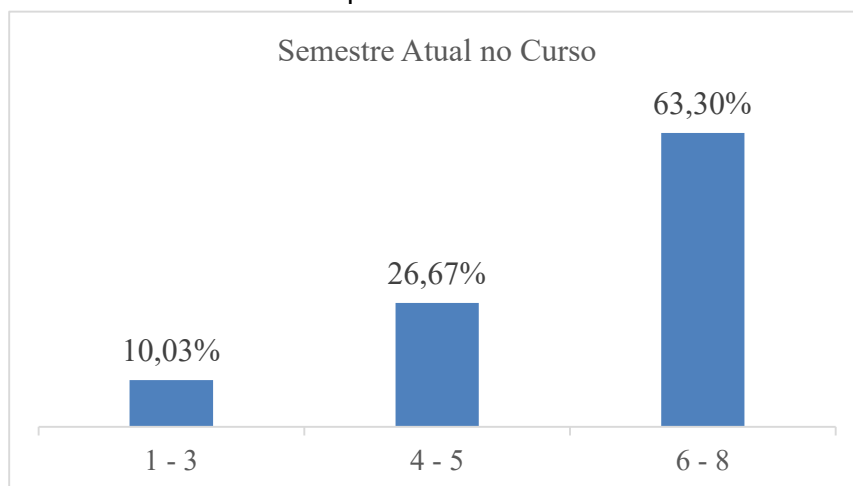
Gráfico 2 – Raça/cor



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 3, a maioria dos respondentes está concentrada nos semestres finais do curso (6º e 8º), totalizando 63,3% da amostra. Esse dado sugere que grande parte dos participantes já possui uma formação mais consolidada, o que pode influenciar diretamente suas percepções sobre os impactos da Reforma Tributária na prática contábil.

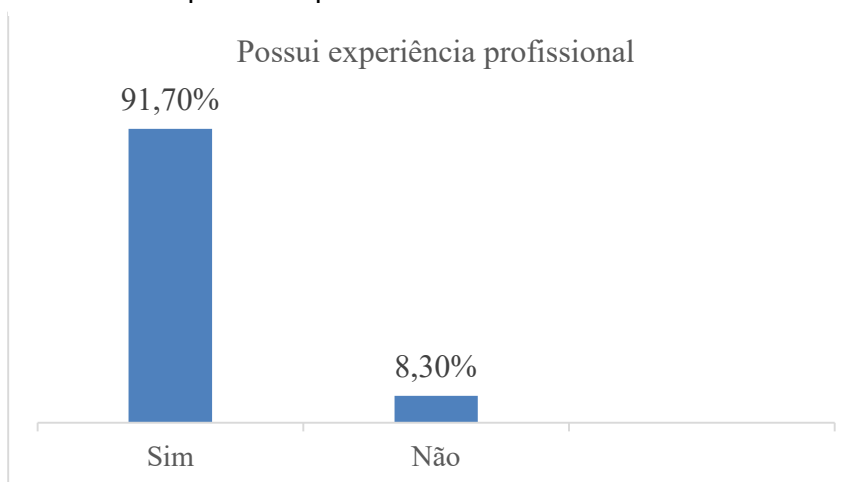
Gráfico 3 - Semestre em que está matriculado atualmente



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 4, a maioria dos estudantes (91,7%) afirmou possuir experiência profissional.

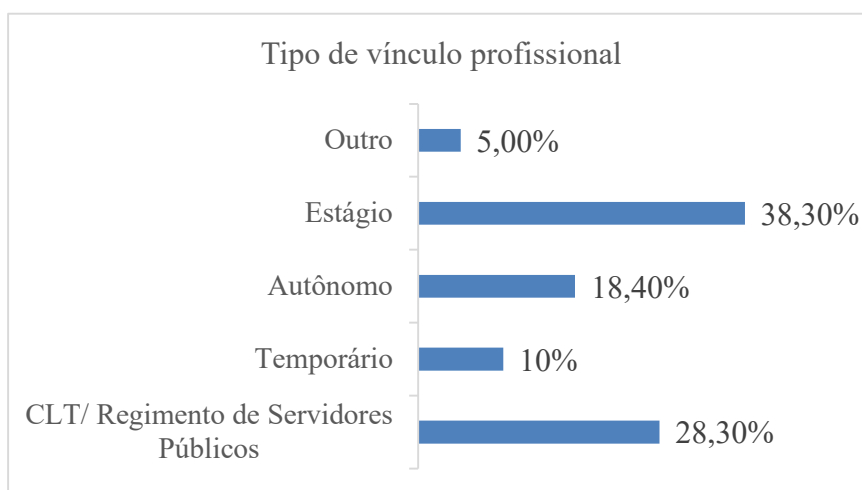
Gráfico 4 - Experiência profissional



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 5, 38,3% dos estudantes atuam como estagiários, 28,3% estão em regime CLT, 23,3% em CLT e também como servidores públicos, e 5% possuem outras formas de vínculo. Essa diversidade de inserção no mercado de trabalho pode influenciar as percepções dos respondentes sobre os impactos técnicos e operacionais da Reforma Tributária na prática contábil.

Gráfico 5 - Tipo de vínculo profissional



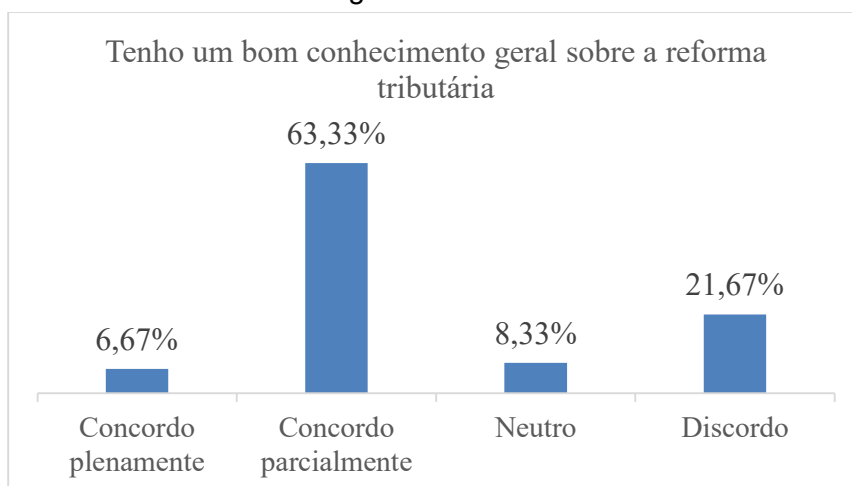
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

## 4.2 Resultados acerca dos Impactos Percebidos da Reforma Tributária - Eixo 2

A análise dos dados referentes ao Eixo II permite compreender como os estudantes do curso de Ciências Contábeis do Campus XIX da UNEB percebem os efeitos da Reforma Tributária em sua formação e futura atuação profissional.

De acordo com o Gráfico 6, 63,3% dos respondentes afirmaram “concordar parcialmente” com a afirmação de que possuem bom entendimento sobre a Reforma Tributária, enquanto 8,3% se posicionaram de forma “neutra” e 21,7% “discordaram”. Esse dado sugere que, embora a maioria dos estudantes demonstre um certo grau de segurança sobre o tema, ainda existe uma parcela significativa que não se considera suficientemente informada sobre a Reforma Tributária.

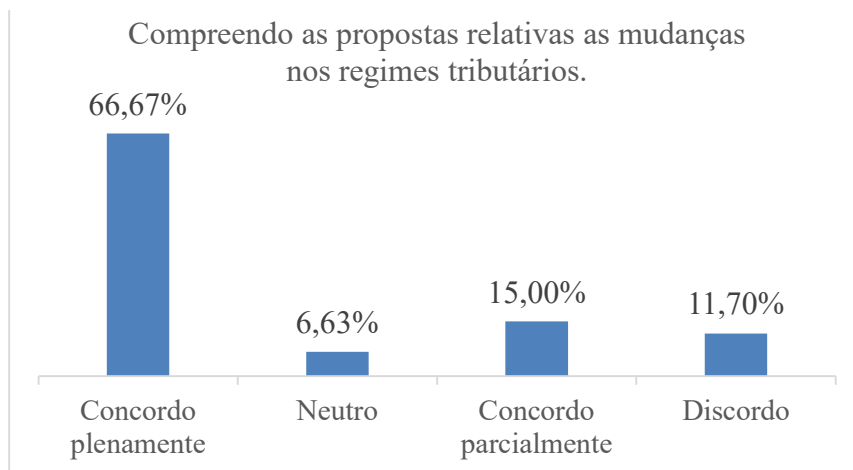
Gráfico 6 - Conhecimento geral sobre a reforma tributária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No que tange à compreensão das propostas de mudança nos regimes tributários, 66,7% dos participantes indicaram “concordar plenamente”, 15% “concordam parcialmente” e 11,7% “discordam”. Esse resultado reforça que há um nível razoável de compreensão técnica entre os estudantes, conforme o Gráfico 7.

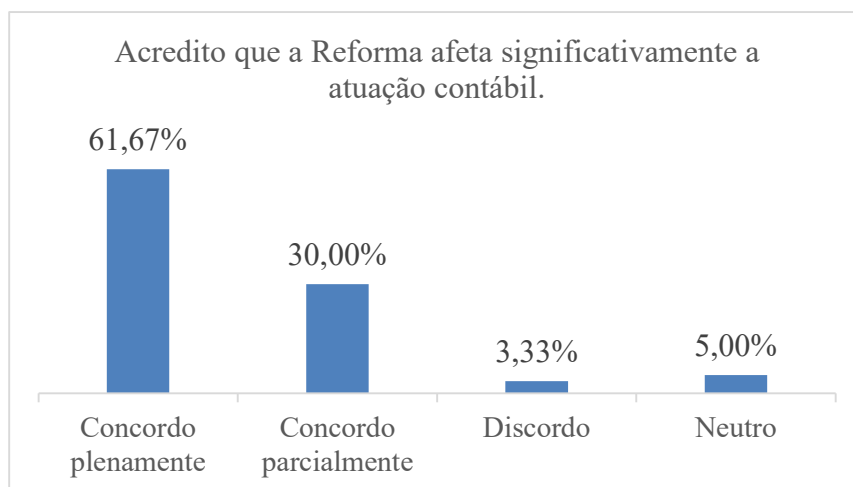
Gráfico 7 – Compreensão das propostas relativas as mudanças nos regimes tributários.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 8, 61,7% dos respondentes “concordam plenamente” e 30% “concordam parcialmente” com a afirmação de que a Reforma Tributária afeta significativamente a atuação contábil. Esse resultado evidencia a consciência dos futuros contadores sobre o impacto direto das mudanças tributárias em suas rotinas profissionais.

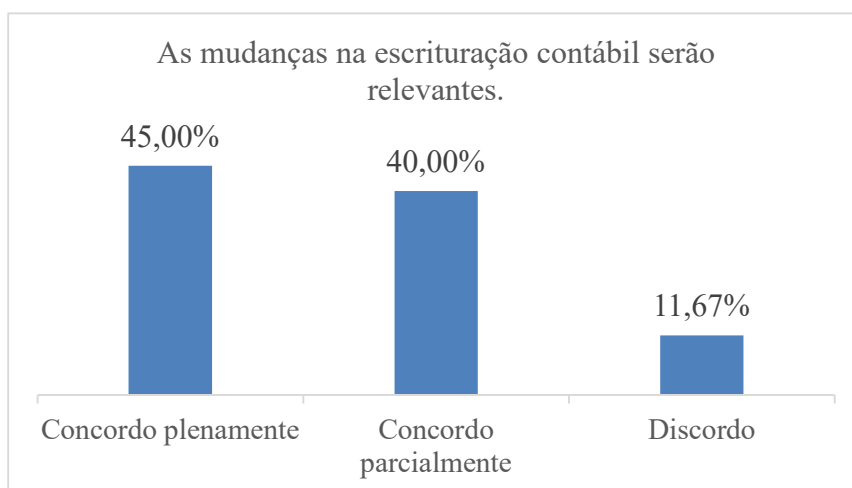
Gráfico 8 – Percepção acerca das mudanças na atuação contábil.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 9, 45% dos respondentes “concordam plenamente” e 40% “concordam parcialmente” com a relevância das mudanças na escrituração contábil, enquanto 11,7% “discordam”. Esses resultados indicam que a maioria reconhece que a Reforma Tributária exigirá adaptações nos procedimentos contábeis adotados na prática profissional.

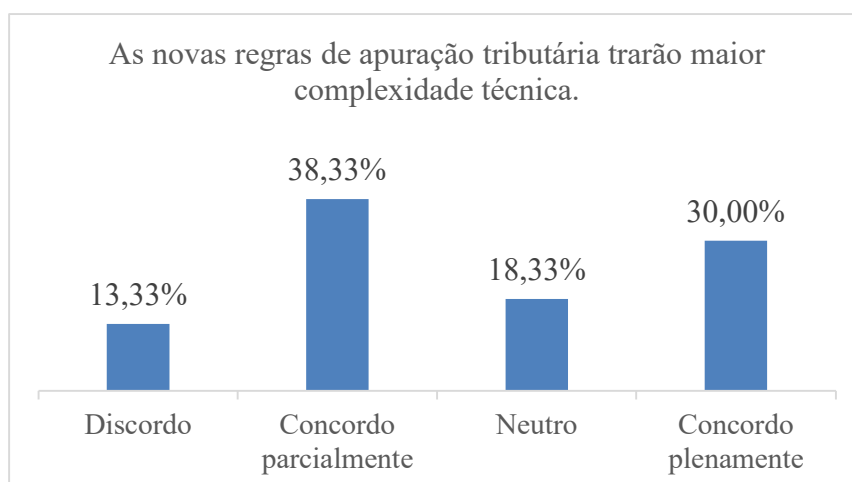
Gráfico 9 – Percepção acerca das mudanças na escrituração contábil



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme apresentado no Gráfico 10, 38,3% dos respondentes “concordam parcialmente” e 30% “concordam plenamente” com a afirmação de que a Reforma Tributária impõe maior complexidade técnica às regras de apuração tributária. Além disso, 18,3% se mantiveram neutros e 13,3% “discordaram”.

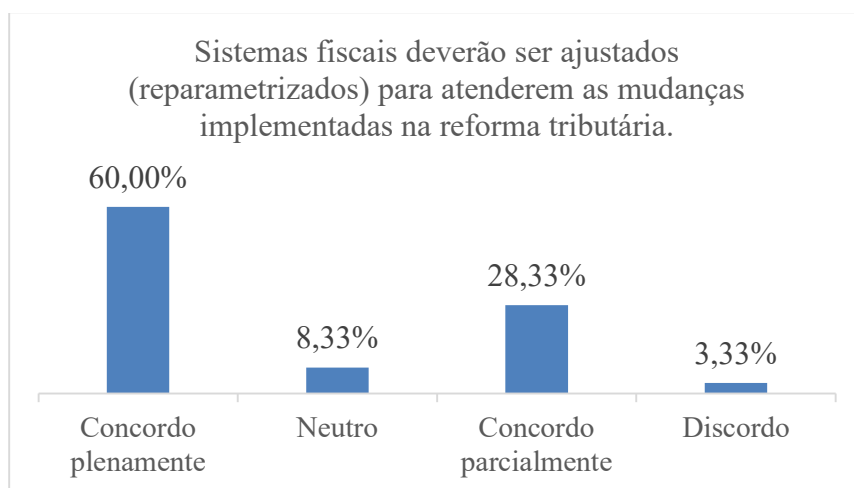
Gráfico 10 – Percepção acerca da complexidade das novas regras de apuração tributária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 11, 60% dos estudantes “concordam plenamente” que os sistemas fiscais precisarão ser reparametrizados para atender às novas exigências trazidas pela Reforma Tributária, enquanto 28,3% “concordam parcialmente”. Esses dados sinalizam uma ampla percepção, por parte dos futuros contadores, sobre a necessidade de adaptação tecnológica nas organizações contábeis diante das mudanças no ambiente tributário.

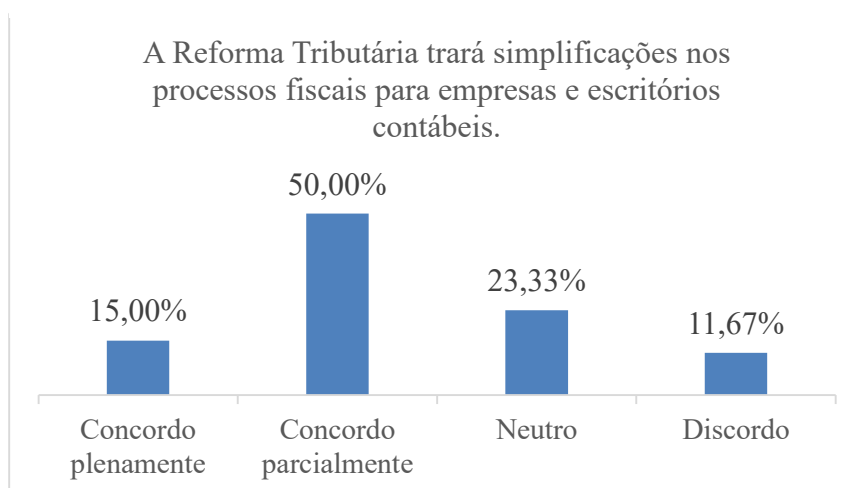
Gráfico 11 – Percepção acerca dos ajustes e parametrizações nos Sistemas fiscais.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No tocante à expectativa de simplificação nos processos fiscais, 50% “concordam parcialmente”, 15,0% “concordam plenamente”, 23,33% se mantêm neutros e 11,7% “discordam”, conforme o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Percepção acerca das prováveis simplificações nos processos fiscais para empresas e escritórios contábeis.



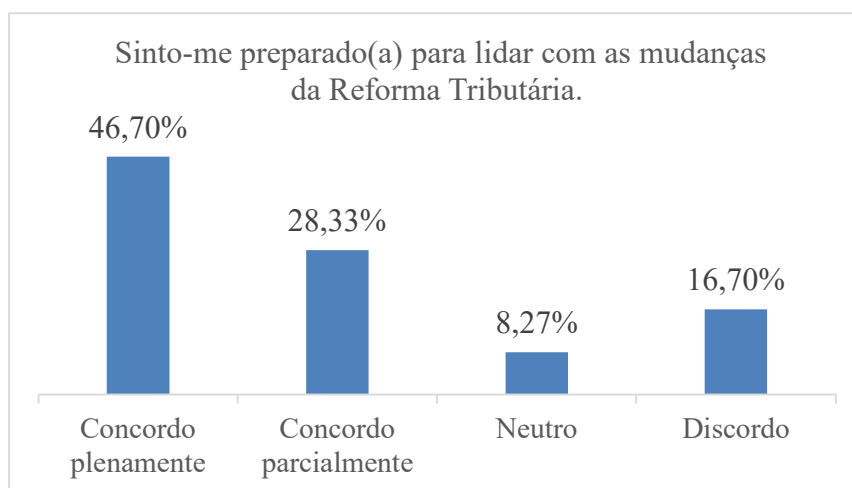
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De modo geral, os dados indicam que os estudantes compreendem os impactos estruturais da Reforma Tributária e reconhecem tanto suas exigências técnicas quanto suas implicações práticas. Há, entretanto, um espaço importante para que a formação acadêmica contribua de maneira mais efetiva na consolidação desses conhecimentos.

O Eixo III tem como objetivo identificar as principais dificuldades percebidas pelos estudantes de Ciências Contábeis do Campus XIX da UNEB frente à implementação da Reforma Tributária, especialmente no que se refere ao preparo acadêmico, aos docentes e às oportunidades futuras no mercado de trabalho.

Quando questionados sobre o preparo para lidar com as mudanças trazidas pela Reforma Tributária, 46,7% dos participantes “concordam plenamente” e 28,3% “concordam parcialmente”. No entanto, 16,7% dos estudantes “discordam”, o que evidencia que uma parcela significativa ainda não se sente suficientemente preparada para enfrentar as transformações do cenário tributário nacional, conforme o gráfico 13.

Gráfico 13 – Percepção acerca da formação profissional relacionada as mudanças produzidas pela Reforma Tributária.

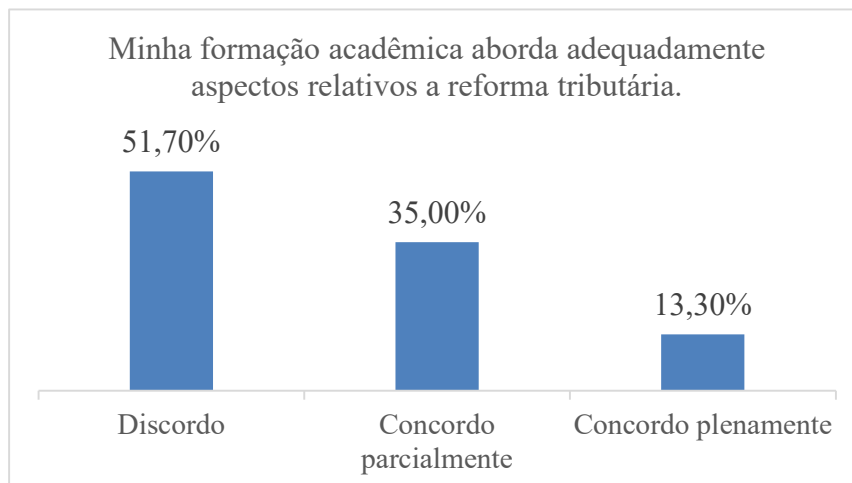


Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 14 no que diz respeito à formação acadêmica abordar adequadamente os aspectos relacionados à reforma, a percepção é mais crítica: 51,7% dos respondentes “discordam” dessa afirmação e 35% “concordam parcialmente”, enquanto apenas uma pequena parte “concorda

plenamente”. Essa avaliação demonstra um possível distanciamento entre a estrutura curricular atual e os temas tributários mais atualizados, o que pode limitar a preparação efetiva dos discentes.

Gráfico 14 - Percepção acerca da formação profissional relacionada a reforma tributária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação ao tratamento do tema pelos professores nos componentes curriculares da área tributária, os dados da pesquisa indicam que uma parcela significativa dos estudantes avalia positivamente a atuação docente. Especificamente, 48,3% dos respondentes afirmaram “concordar plenamente” que os professores abordam de forma adequada os aspectos relacionados à Reforma Tributária em sala de aula. Além disso, 30% dos estudantes “concordam parcialmente” com essa afirmação, demonstrando que, embora reconheçam o esforço dos docentes, identificam possíveis lacunas ou oportunidades de aprofundamento no tratamento do tema. Por outro lado, 15% dos participantes declararam “discordar”, o que evidencia uma parcela menor, mas relevante, de estudantes que não se sentem plenamente contemplados ou satisfeitos com a abordagem atual.

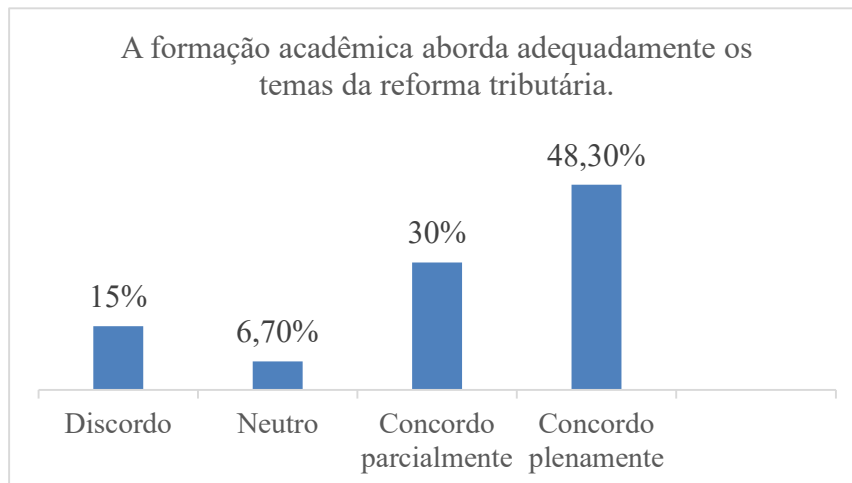
Esses dados revelam uma tendência predominantemente positiva quanto à percepção dos estudantes sobre o papel dos professores na mediação e discussão da Reforma Tributária no âmbito acadêmico. No entanto, também apontam para a existência de uma demanda por maior aprofundamento teórico e prático, o que pode estar relacionado tanto à complexidade do tema quanto às transformações constantes no cenário tributário nacional. A

presença de respostas divergentes entre os estudantes reforça a importância de uma abordagem pedagógica mais dinâmica, contextualizada e alinhada com as recentes mudanças propostas pela reforma em curso.

Dessa forma, os resultados sugerem que, embora haja reconhecimento do esforço e da competência dos docentes, especialmente por parte da maioria dos alunos, há espaço para a ampliação e o aprimoramento das práticas de ensino voltadas para o tema. Isso pode incluir, por exemplo, a utilização de estudos de caso, debates, análise de propostas legislativas e integração com experiências profissionais.

Conforme ilustra o Gráfico 15, essa diversidade de percepções reforça a necessidade de constante avaliação e evolução das metodologias utilizadas no ensino da tributação, garantindo que o conteúdo seja não apenas compreendido, mas também relacionado com a realidade prática e as implicações profissionais da área contábil.

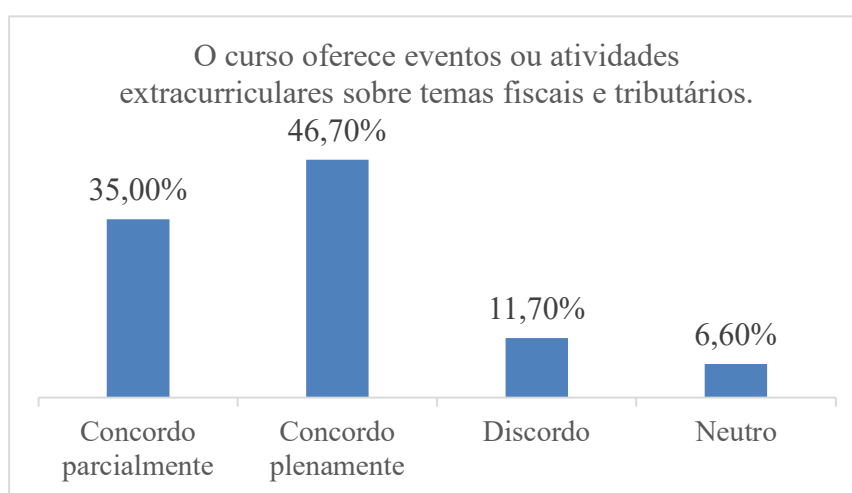
Gráfico 15 - Percepção acerca dos componentes curriculares abordando os temas da reforma tributária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo ao Gráfico 16, sobre a oferta de eventos ou atividades extracurriculares relacionadas à temática fiscal e tributária, 81,7% “concordam”, enquanto 11,7% “discordam”. A resposta indica que existe certa movimentação no ambiente acadêmico voltada ao tema, mas que há espaço para ampliação e fortalecimento dessas ações complementares.

Gráfico 16 – Percepção acerca das atividades extracurriculares do curso sobre temas fiscais e tributários.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto às oportunidades que a Reforma Tributária pode gerar no mercado de trabalho, os dados revelam uma percepção majoritariamente otimista por parte dos estudantes. Segundo os resultados da pesquisa, 53,3% dos respondentes afirmaram “concordar plenamente” com a ideia de que as mudanças no sistema tributário nacional podem representar oportunidades profissionais, enquanto 18,3% “concordam parcialmente”, sinalizando uma concordância moderada, porém presente. Por outro lado, 13% dos participantes manifestaram discordância em relação a essa afirmação, o que indica a existência de uma parcela da amostra que não vislumbra, de imediato, os possíveis benefícios ou acredita que tais mudanças possam, inclusive, gerar incertezas ou desafios adicionais ao mercado de trabalho contábil, demonstram o Gráfico 17.

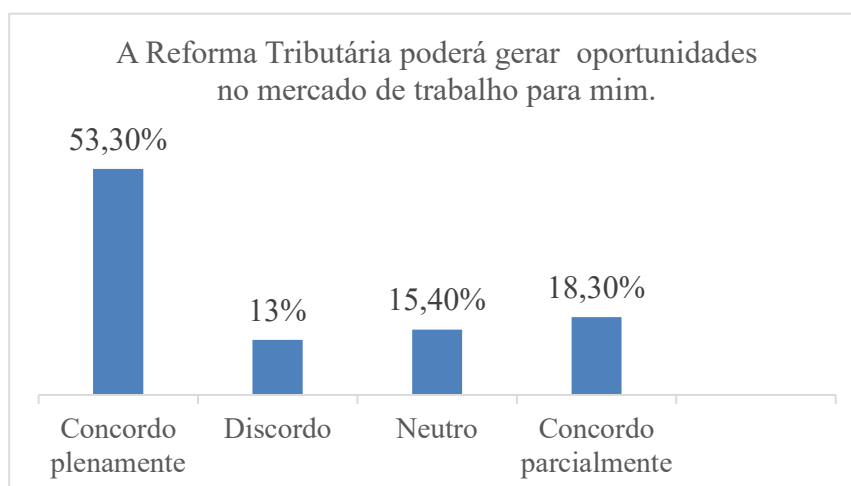
A predominância de respostas positivas sugere que, para a maioria dos estudantes, a Reforma Tributária não se configura apenas como um desafio técnico, mas também como uma possibilidade concreta de valorização da

profissão contábil. As transformações previstas, que envolvem a simplificação de tributos, reorganização da estrutura arrecadatória e maior transparência nas obrigações fiscais, tendem a exigir dos profissionais da área um conhecimento aprofundado, atualizado e estratégico. Isso, por sua vez, pode ampliar a demanda por contadores capacitados, especialmente aqueles que dominem a nova legislação, compreendam seus impactos sobre as empresas e sejam capazes de orientar tomadas de decisão baseadas em cenários fiscais mais eficientes.

Essa visão positiva reflete uma expectativa de crescimento e de reposicionamento da carreira contábil no novo contexto tributário do país. Os estudantes parecem compreender que, diante da reestruturação do sistema, haverá a necessidade de adaptação por parte das organizações, o que pode abrir espaço para novas funções, especializações e oportunidades de atuação consultiva. A reforma é, portanto, percebida não apenas como uma alteração legal, mas como um movimento capaz de impulsionar o reconhecimento técnico e estratégico dos profissionais da contabilidade no ambiente corporativo e institucional.

Conforme representado no gráfico 17, essa percepção majoritária de otimismo sugere que os futuros contadores estão atentos às possibilidades que emergem do novo cenário e demonstram disposição para se qualificar e ocupar um papel relevante na implementação e interpretação das mudanças propostas pela Reforma Tributária.

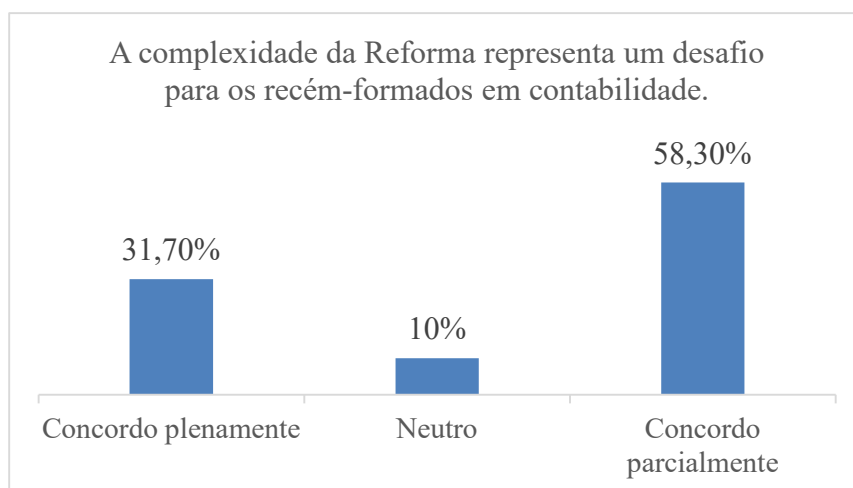
Gráfico 17 - Percepção acerca das possíveis oportunidades no mercado de trabalho produzidas pela Reforma Tributária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Além disso, 58,3% dos respondentes acreditam que a complexidade da Reforma representa um desafio para os recém-formados, 31,7% “concordam parcialmente” e apenas 10% “discordam”. Isso demonstra uma clara preocupação com as exigências técnicas e a capacidade de adaptação dos profissionais em início de carreira, de acordo com o Gráfico 18.

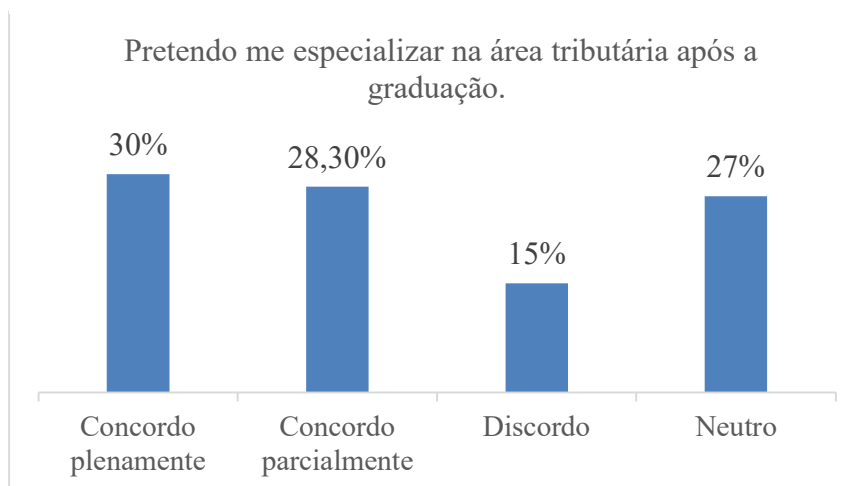
Gráfico 18 – Percepção acerca dos desafios da Reforma Tributária para os recém-formados em Contabilidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 19, a intenção de se especializar na área tributária após a graduação também foi explorada: 30% “concordam plenamente”, 28,3% “concordam parcialmente”, e 15% “discordam”, revelando um interesse significativo pela área, embora ainda com certo receio.

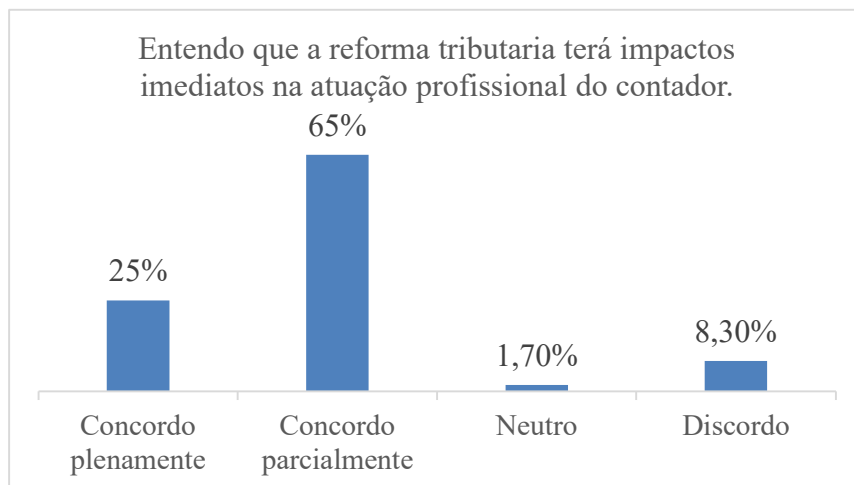
Gráfico 19 – Desejo por atuação e/ou especialização na área tributária após a graduação.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 20, a percepção de que a reforma terá impactos imediatos na atuação do contador foi afirmada por 65% dos estudantes que “concordam parcialmente”, 25% “concordam plenamente” e apenas 8,3% “discordam”, sinalizando que a maioria reconhece os efeitos práticos da mudança no curto prazo.

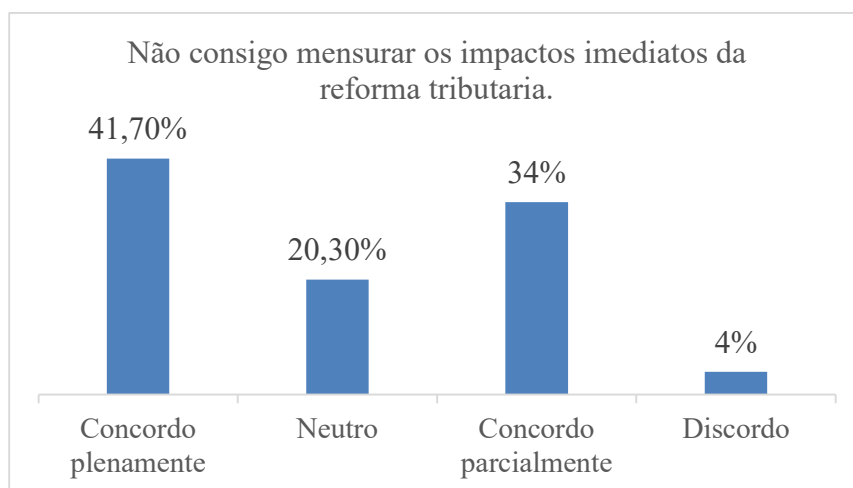
Gráfico 20 – Percepção sobre impactos imediatos na atuação profissional do contador.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por outro lado, 41,7% dos participantes afirmaram não conseguir mensurar os impactos imediatos da reforma, o que sugere lacunas na compreensão técnica de seus desdobramentos mais concretos, aponta o Gráfico 21. O que aponta uma contradição em referência a questão anterior.

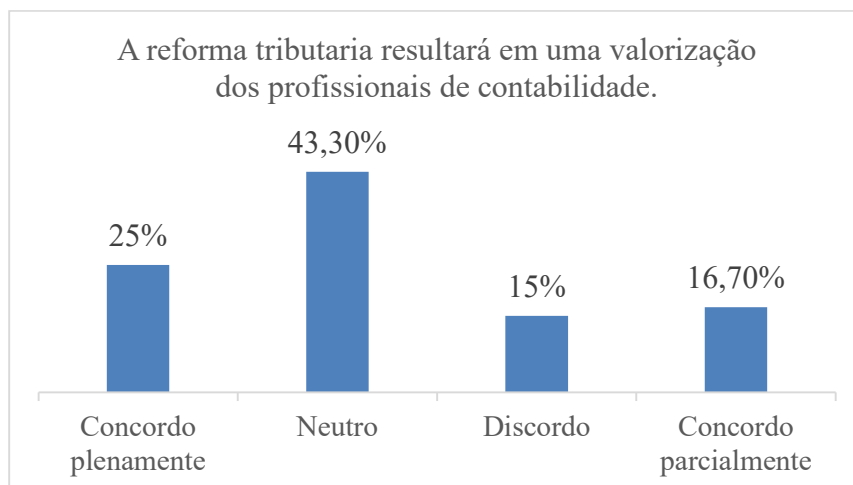
Gráfico 21 - Percepção dos impactos imediatos da reforma tributária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

De acordo com o Gráfico 22, em relação à valorização dos profissionais de contabilidade, 43,3% mantêm uma posição neutra, 25% “concordam plenamente”, 16,7% “concordam parcialmente” e 15% “discordam”, indicando uma percepção dividida sobre os possíveis ganhos de status ou reconhecimento após a implementação da reforma.

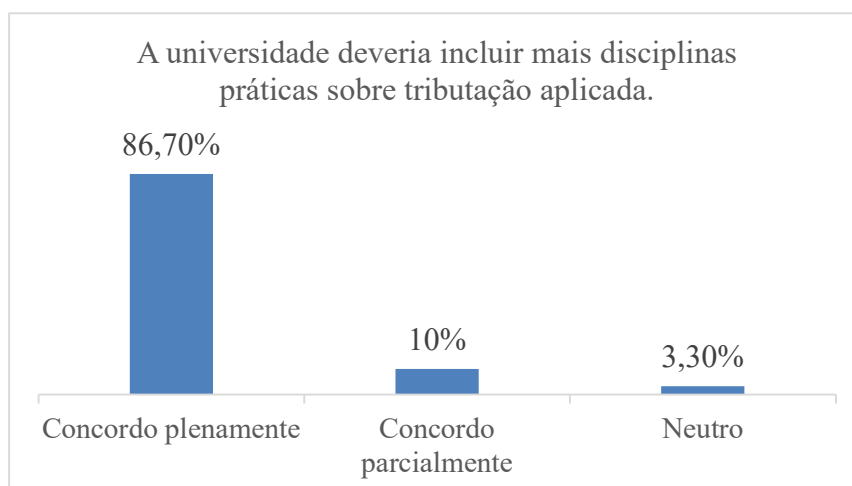
Gráfico 22 - Percepção acerca da provável valorização dos profissionais de contabilidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por fim, ao avaliar a necessidade de incluir mais disciplinas práticas sobre tributação aplicada na universidade, houve consenso: 86,7% dos estudantes “concordam plenamente” com essa proposição, reforçando a demanda por uma formação mais prática, atualizada e alinhada às necessidades do mercado, aponta o Gráfico 23.

Gráfico 23 - Percepção acerca sensibilização do currículo em relação as práticas sobre tributação aplicada.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses dados revelam que, embora haja uma percepção otimista quanto às oportunidades criadas pela Reforma Tributária, ainda existem desafios significativos no que diz respeito ao preparo acadêmico e à clareza sobre seus impactos imediatos, especialmente para os estudantes em fase de conclusão do curso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a população respondente caracteriza-se por um público majoritariamente feminino, preto ou pardo, de faixa etária de 27 anos, que atua no contexto contábil, que tem contato com a informação acerca da reforma tributária em atividades extracurriculares proporcionadas pela própria universidade, que compreende que o currículo e as disciplinas não contemplam os aspectos da reforma tributária em seus escopos, que não sentem-se preparados para atuar e enfrentar os desafios advindos das mudanças tributárias, que cogitam atuar na área tributária, que entendem que a reforma tributária trará mudanças significativas na atuação profissional dos contadores mas que não resultarão necessariamente na valorização desses profissionais.

O trabalho teve como objetivo compreender como os estudantes do curso de Ciências Contábeis da UNEB – Campus XIX percebem os desafios da Reforma Tributária e seus impactos na formação e na futura atuação profissional.

Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada e de campo, com a utilização de um questionário estruturado como instrumento principal de coleta de dados, aplicado diretamente aos discentes da instituição.

A amostra da pesquisa, embora limitada em termos estatísticos, é representativa no contexto do curso analisado, pois foi composta majoritariamente por mulheres autodeclaradas pretas ou pardas, estudantes dos semestres finais (6º ao 8º), com experiência prática no campo contábil. Este recorte revela um perfil socialmente engajado, que se encontra às vésperas da conclusão da graduação e, portanto, em fase de transição para o mercado de trabalho.

Os resultados da pesquisa indicam que os estudantes reconhecem que a Reforma Tributária, especialmente no formato estabelecido pela Lei Complementar nº 214/2025, provocará transformações significativas na prática contábil. Entre os principais impactos percebidos estão as mudanças

na apuração de tributos, na escrituração fiscal e na necessidade de reparametrização dos sistemas contábeis. A maioria dos respondentes entende que a Reforma afetará diretamente suas atividades profissionais futuras, o que reforça a importância do tema para a formação contábil.

Apesar dessa percepção, muitos estudantes declararam não se sentir preparados para lidar com tais mudanças. Essa insegurança é atribuída, em grande parte, à percepção de que o curso de Ciências Contábeis da UNEB – Campus XIX ainda não contempla de forma adequada os conteúdos relacionados à Reforma Tributária e às novas exigências do sistema tributário nacional. Essa lacuna formativa foi mencionada tanto no aspecto curricular quanto na oferta de atividades extracurriculares que abordem, de forma prática e atualizada, as mudanças em curso.

A pesquisa também reforça a importância de se considerar o ponto de vista dos estudantes no processo de aprimoramento da formação superior em Ciências Contábeis. As percepções reveladas neste estudo não apenas expressam preocupações legítimas diante das transformações legais, mas também podem servir como base para a construção de políticas acadêmicas mais alinhadas ou com apenas uma atualização às demandas do mercado e da sociedade.

A pesquisa sofreu com limitações relativas a fatores como o tamanho da amostra e o recorte geográfico restrito, o que pode limitar a generalização dos resultados obtidos para outros contextos institucionais ou regionais.

Por fim, este trabalho contribui para o campo contábil ao oferecer um olhar empírico e localizado sobre a Reforma Tributária, evidenciando como ela é compreendida pelos estudantes em formação.

Sugere-se que futuras pesquisas ampliem a amostra, envolvam outras instituições de ensino e considerem recortes regionais distintos, de forma a construir um panorama mais amplo sobre o preparo dos profissionais da contabilidade frente às mudanças no sistema tributário nacional.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Daniele Aparecida de; PEREIRA, Wanslei Carvalho; URQUIZA, Pedro. Os impactos da Reforma Tributária no ambiente social e corporativo. *Brazilian Applied Science Review*, v. 6, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34115/basrv6n1-007>. Acesso em: 03 jan. 2025.

AZEVEDO, Sérgio de; MELO, Marcus André. A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/yB3cPwxpkDZtbpCDLfNKtn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 jan. 2025.

BALTAZAR, Antônio Henrique Lindemberg; CATARINO, João Ricardo. A teoria da justiça de John Rawls e o sistema de alíquotas progressivas na tributação da renda das pessoas físicas no Brasil e em Portugal. 2024. DOI: <https://doi.org/10.32361/2024160117055>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. Lua Nova, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Qn76SFwhyHVMmJjBjRBX7ny/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 92.220, de 26 de dezembro de 1985. Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis do Centro de Educação Técnica da Bahia. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=92220&ano=1985&ato=c7eMTVq1UMBpWTd84>. Acesso em: 07 fev. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp214.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm). Acesso em: 02 jan. 2025.

CNN BRASIL. Reforma tributária: saiba tudo o que muda com novo sistema. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/reforma-tributaria-saiba-tudo-o-que-muda-com-novo-sistema/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

E-AUDITORIA. Reforma Tributária: contexto, mudanças, alíquotas, cronograma. 2025. Disponível em: <https://www.e-auditoria.com.br/blog/reforma-tributaria-contexto-mudancas-aliquotas/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FECOMÉRCIO SP. Reforma Tributária: transição terá o desafio de uniformizar transação tributária presente em apenas 48% dos estados. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/reforma-tributaria-transicao-tera-o-desafio-de-uniformizar-transacao-tributaria-presente-em-apenas-48-dos-estados>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FELISBERTO, Jéssica Heinzen. O Brasil entendeu a função dos tributos? Direito tributário como instrumento social no contexto da reforma tributária. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, v. 31, n. 2, 2023. Disponível em: <https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/686>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FIGUEIREDO, Vanessa Tavares. Unificação dos tributos incidentes sobre o consumo sob a perspectiva do pacto federativo. 2020. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-04052021-215214/publico/10238672\\_Dissertacao\\_Parcial.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-04052021-215214/publico/10238672_Dissertacao_Parcial.pdf). Acesso em: 23 jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARZHEIM, Amanda Vieira. Reforma Tributária no Brasil: simplificação e modernização do sistema com a Emenda Constitucional Nº 132/2023. Revista Tributária e de Finanças Públicas, 2024. Disponível em: <https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rftp/article/view/768>. Acesso em: 12 jan. 2025.

JÚNIOR, João Florêncio da Costa; CABRAL, Eric Lucas dos Santos; SOUZA, Rosana Curvelo de. Um estudo sobre o uso da escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.1-021. Acesso em: 10 fev. 2025.

JUNQUEIRA, Murilo de Oliveira. O nó da Reforma Tributária no Brasil. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/308993-113/2015>. Acesso em: 17 jan. 2025.

LEMOS, Felipe Ribeiro; CONTÃO, Thalles da Silva. Perspectivas e desafios da Reforma Tributária no Brasil. 2023. DOI: <https://doi.org/10.61164/rmnm.v12i1.1963>. Acesso em: 16 jan. 2025.

MACHADO, Carlos Henrique; BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. A Reforma Tributária como instrumento de efetivação da justiça distributiva: uma abordagem histórica. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n77p221>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Disponível em: <https://archive.org/details/introducao-a-economia-gregory-mankiw-z-lib.org>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MENDONÇA, Rafael de Souza. Direito e economia: a atuação do NBD no financiamento ao desenvolvimento sustentável no Brasil. 2020. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-29042021-231052/publico/10670334\\_Dissertacao\\_Parcial.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-29042021-231052/publico/10670334_Dissertacao_Parcial.pdf). Acesso em: 25 jan. 2025.

MARCOMINO, Isabella Aparecida. *A percepção dos profissionais contadores sobre os impactos da reforma tributária*. 2023. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Brazil – Country profile. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/countries/brazil.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ORAIR, Rodrigo; GOBETTI, Sérgio. Reforma Tributária no Brasil. Revista do Serviço Público, v. 69, n. 2, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201800020003>. Acesso em: 11 jan. 2025.

OLIVEIRA, Diego Luz de; MARTINS, Edson Luiz Riccio. A construção do pensamento contábil brasileiro: contribuições teóricas e críticas. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 18, n. 47, p. 177-199, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e77978>.

PIKETTY, Thomas. Thomas Piketty e “O Capital no Século XXI”: da economia política à sociologia contemporânea. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-019004431>. Acesso em: 22 jan. 2025.

REIS, Caroline Bastiani. Sistema tributário brasileiro e a blockchain: a utilização de novas tecnologias no sistema de cobrança de tributos. 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/77041/CAROLINE%20BASTIANI%20REIS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/l%20Simposio/Fundo%20Publico%20e%20o%20financiamento.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Métodos de pesquisa científica: conceitos e definições. 2022.

SANTIAGO, Giulia Evelyn Alves; JURUBEBA, Fernanda Matos Fernandes de Oliveira. Administração tributária: a tributação digital e os impactos da tecnologia no sistema fiscal brasileiro. 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i5.19136>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SENADO FEDERAL. Reforma Tributária: o que você precisa saber. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/03/reforma-tributaria-o-que-voce-precisa-saber>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SILVA, Eric Castro e; LIMA, Bruna Maria Nunes; CARVALHO, Vitória Bárbara da Silva. Reforma Tributária Brasileira: uma comparação prática com o sistema canadense. 2024. DOI: <https://doi.org/10.46801/2595-6280.56.7.2024.2486>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Reforma tributária no Brasil: por onde começar? Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, supl. 3, 2028. DOI: 10.1590/0103-11042018S316. Acesso em: 14 jan. 2025.

TAX GROUP. Reforma Tributária 2025: principais pontos e o que falta para entrar em vigor. 2025. Disponível em: <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/reforma-tributaria-2025-principais-pontos-e-o-que-falta-para-entrar-em-vigor/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TAX GROUP. Reforma Tributária: próximos passos e quando começa a valer. Disponível em: <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/reforma-tributaria-proximos-passos-e-quando-comeca-a-valer/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

TEIXEIRA, Jéssica de Almeida. Reforma tributária no Brasil: a complexidade do atual Código Tributário Nacional e as principais mudanças trazidas pela PEC 45/2019. 2024.

Disponível em: <https://educacao.ibpt.com.br/reforma-tributaria-no-brasil-a-complexidade-do-atual-codigo-tributario-nacional-e-as-principais-mudancas-trazidas-pela-pec-45-2019-jessica-de-almeida-teixeira/>. Acesso em: 01 fev. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Bacharelado em Ciências Contábeis – Campus XIX – Camaçari. Disponível em: <https://dcht19.uneb.br/bacharelado-em-ciencias-contabeis/>. Acesso em: 19 maio 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Ciências Humanas – Campus XIX UNEB. Disponível em: <https://dcht19.uneb.br/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Portal UNEB. Disponível em: <https://portal.uneb.br/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. 2013. Disponível em: <https://dedc7.uneb.br/wp-content/uploads/2021/05/Ciencias-Contabeis-Projeto-Pedagogico.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Disponível em: <https://www.sge.uneb.br/inicio/download/2902>. Acesso em: 09 fev. 2025.